

Organização: é necessário consolidar as bases



Para a gestão Psicologia e Cidadania o maior avanço nos últimos três anos foi a delimitação de princípios para a defesa da categoria de acordo com interesses coletivos, sem cair no corporativismo irresponsável. Projetos realizados permitirão ações qualificadas, mas novas frentes de articulação ainda necessitam ser abertas. Págs. 8 e 9

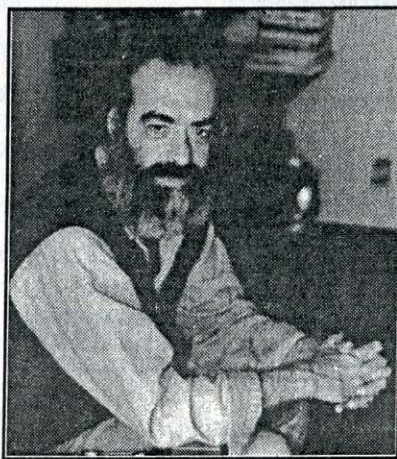
NOVA GESTÃO

Psicologia em Ação assumiu Conselho no dia 22 de setembro com o compromisso de continuar projetos já iniciados. Segundo conselheiros, será dada atenção especial às áreas de Educação, Psicologia Organizacional e Criança e Adolescente. Saúde do Trabalhador também deverá ser área prioritária.

Pág. 11



ENTREVISTA



Álvaro Trujillo

O conselheiro-presidente da primeira chapa eleita para o Conselho Federal de Psicologia, resgata história da entidade e diz que a gestão

Consolidação Nacional pretende enxugar a máquina e fortalecer Conselhos Regionais.

Págs. 3 a 5

ORIENTAÇÃO

Centro de Orientação fala sobre implicações do trabalho do psicólogo sem contrato claramente definido. Para proteger o profissional, CRP-06 edita resolução que obriga empresas a discriminar a designação profissional quando quiser contratar serviços de psicólogo. Págs. 6 e 7

PAS

Prefeitura pressiona profissionais a assinar carta de intenções para participar do plano que privatiza saúde. Conselho informa que ação do Executivo é ilegal e orienta psicólogo a resistir. Veja como agir nos casos de coação. Pág. 13

ATENÇÃO PSICÓLOGO

De acordo com o regimento eleitoral instituído pela resolução 001/94 de 18/06/94, do Conselho Federal de Psicologia, os psicólogos que não puderam comparecer às eleições do dia 28 de agosto devem justificar sua ausência até 90 dias após o pleito. Caso essa justificativa seja enviada por correio, deverá ser postada até o dia 27 de novembro. O CRP recomenda que o profissional envie a carta com aviso de recebimento.

A justificativa consta de carta endereçada ao plenário do CRP em que o psicólogo está registrado. Caso contrário o profissional deverá pagar uma multa de 55 Ufirs.

O devir

Este é o último jornal do CRP-06 editado sob a responsabilidade da gestão Psicologia e Cidadania.

Parece-nos mais profícuo neste momento dispor elementos que permitam a reflexão acerca dos limites e possibilidades dos conselhos de psicologia (regionais e federal), adotando como referências o aprimoramento da profissão e a organização dos psicólogos, em vez de arrolar as realizações da gestão que ora finda; procedimento este que, ao colocar acento sobre as ações e os projetos executados, reduz ou dilui a sempre saudável autocrítica.

De resto, ao longo desta edição há matérias que tratam do balanço das ações do CRP-06.

Quanto à primeira referência – aprimoramento e desenvolvimento da profissão – há que se destacar o empenho dos psicólogos que participaram como delegados ou nas fases preparatórias dos Congressos Regionais e Nacional, realizados no ano passado – consubstanciados na especificação de princípios e metas orientadores para o exercício profissional e a formação do psicólogo.

Indissociável desse referencial é aquele voltado para a organização política dos psicólogos. O fortalecimento dos Conselhos Regionais, que progressivamente deverão ser constituídos em cada Estado do país, a transformação do atual Conselho Federal de Psicologia

em Conselho Nacional da Psicologia, que estabelecerá condições mais favoráveis para a elaboração e execução de um programa nacional, a articulação entre as entidades da psicologia e dos psicólogos (conselhos, sindicatos e associações) com o objetivo de executar ações conjuntas são algumas das deliberações do I Congresso Nacional que podem proporcionar um impulso organizativo da categoria.

Esses elementos são suficientes para antecipar projetos e ações voltados para a consolidação do que foi até agora apenas iniciado ou esboçado. Nesses termos, a realização dos congressos regionais e do II Congresso Nacional da Psicologia, em 1996, deve ser prioridade principal dos Conselhos de Psicologia. Acrescente-se que os bons resultados desses congressos dependem diretamente do que vier a ser produzido nos fóruns de debates que tratam da revisão das leis específicas da psicologia (Lei 5.766/71, que cria os Conselhos de Psicologia, e Lei 4.119/62, que regulamenta a profissão no país) e do Código de Ética do Psicólogo.

O quadro delineado e as perspectivas apontadas têm um pano de fundo importante: a recente eleição das novas gestões para conselhos regionais e da chapa Consolidação Nacional para o CFP, cujos resultados indicam a correção do rumo adotado pelas entidades da psicologia.

CARTAS

O ATENDIMENTO ATRAVÉS DE CONVÊNIOS DE SAÚDE

Gostaríamos de discorrer sobre algumas questões abordadas na matéria "O atendimento através de convênios de saúde", publicada no jornal do CRP edição de maio/junho, que, a nosso ver, causam desinformação. E já que a página é de orientação, pretendemos colaborar para seu esclarecimento.

A nosso ver, o "lead" da matéria já parte de uma afirmação equivocada, ou seja, classificar o atendimento através de convênios como "situação nova".

Somos credenciados da Sul América há pelo menos sete anos. Da TRW do Brasil, outro tanto, e sabemos que outras clínicas da região, como Psicomed, Casa da Esperança, Seiner, Instituto ABC, Cine etc. também são credenciadas de convênios de saúde nesse mesmo período ou mais.

Considerando que a escalada dessas empresas ocorreu na última década, o problema de remuneração, concessão de credenciamentos, burocracias (assuntos abordados em outras correspondências nossas) é amplo, geral e irrestrito a todos os profissionais da saúde já há muitos anos.

De nossa parte, há mais de três, estamos tentando chamar a atenção através de contatos com o CRP, Sindicato, veículos de comunicação e até com o próprio ministro da Saúde, Adib Jatene.

Continuando a matéria, deparamos com a seguinte orientação: "Realizar pesquisa rigorosa sobre as várias empresas que atuam nessa área..." A realidade é bem diferente. Sabemos, na prática do mercado, aqueles menos piores e muitas vezes a gran-

de e esmagadora maioria dos profissionais pede, de chapéu, um credenciamento que nunca acontece, já que os planos restringem por demais a concessão desse serviço aos seus usuários, classificando-o como "doença social", não coberta por muitos planos e, por alguns, coberta com restrições que excluem planos particulares, crianças acima de 13 anos, impondo, inclusive, limitações impossíveis para a execução de um trabalho terapêutico.

Todos os planos de saúde, exceto os de empresa, não dão cobertura à terapia psicológica. Essa é a realidade.

A seguir encontramos uma incoerência na matéria: "...todos os detalhes deverão ser tratados caso a caso: tipo de tratamento, número de sessões por semana, prazo de duração do tratamento..." e logo mais à frente: "...E muitas vezes o prazo para a realização do tratamento é determinado. Isso contraria métodos e técnicas psicológicas... o psicólogo deve agir com rigor, argumentando tecnicamente..." É confusa a informação, pois de início menciona-se o prazo de duração do tratamento como mais um detalhe a ser acordado, depois afirma-se que essa exigência contraria a ética.

Por fim, ao mesmo tempo em que condena atitudes e orienta a uma ação estritamente dentro da lei e da ética, condenando "alternativas" praticadas por muitos, reconhece que "não é possível reproduzir no atendimento de convênio o ideal do setting analítico".

Afinal somos ou não somos?

Creio que o envio de cartas às empresas de saúde sugerindo valores mínimos é inócuo.

Precisamos de leis, de divulgação, de lobbies (infelizmente) junto a políticos e à imprensa.

Muitos de nossos colegas parecem esquizofrênicos, apresentando discretos sinais de recuperação.

Marli dos Santos - Sócia-gerente do Centro Integrado de Psicologia e Medicina
Márcia O. Gerbelli - Responsável clínica

RENATO MEZAN

Parabéns ao Conselho Regional de Psicologia, que termina sua gestão de modo tão exemplar, brindando-nos inclusive com esta última edição de seu jornal. É com imensa satisfação e agradecimento que vejo a possibilidade de reeleição de profissionais tão competentes.

Excelente a entrevista com o filósofo e psicanalista Renato Mezan, que defende com rigor não somente a melhoria da qualidade de ensino, assim como critica um país tão medíocre em relação às questões sociais básicas.

O Brasil, guardadas as devidas proporções de alguns segmentos ou pessoas como o dr. Flávio Carvalho Ferraz, que pensam e agem diferente, só não é superficial com relação à miséria, à fome e ao pouco caso com relação aos direitos humanos.

Virgínia Chamusca

ELEIÇÕES

Neste ano de 1995 fomos presenteados pelo CRP com nossas eleições. Tudo poderia ter sido

feito, realmente, como um presente. No entanto, nossa experiência não foi assim vivenciada.

Para início do diálogo, a votação é obrigatória, com penalização de multa sobre o infrator. Obrigatoriamente, penalização... Nossa área deveria ser a primeira a defender o direito ao voto e não impô-lo como um dever ou obrigação. Deveríamos ser os primeiros a tentar reduzir as ações paternalistas e superegóicas das instituições.

Bem, já que nossa maturidade ainda não atingiu este nível, restou-nos ir às eleições.

Lá estávamos, segunda-feira, "dia de branco", reformulando horários e driblando o trânsito para cumprir nosso dever de classe.

A confusão estava armada! Qual a minha seção, diriam vários colegas. Está na carta, responderiam os que estavam lá para auxiliar.

Depois de lermos e relemos as cartas, éramos comunicados de que as informações necessárias estavam nos envelopes.

O jargão popular não pôde deixar de vir: "Tinha que ser coisa de psicólogo". Como é possível colocar informações importantes em um envelope? As cartas servem para que, afinal?

Sobre o fato de termos votado, obrigatoriamente, em chapas únicas, acredito ser desnecessário comentar.

Quem sabe na próxima poderemos votar via correio ou até mesmo votar por direito...E direito.

Paulo Ayub
CRP 06/32667-4

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

Adalberto Boleta de Oliveira, Celi Denise Cavallari, Celso Zonta, Cláudia-Maria Sodré Vieira, Cristina Amélia Luzio, José Roberto Tozoni Reis, Leyla Venegas Falsetti, Lúcia Valéria Gianni, Márcia Arrivabene Sanches Spínola, Maria de Lourdes Kato, Maria Silvia de Mesquita Bolguese, Odair Sass, Othon Vieira Neto, Vera Regina Rodrigues, Walter e Paula Pinto Filho (efetivos).

Cássia Regina Rodrigues, Erane Paladino, Erasmo Miessa Ruiz, Maria Elisa Pacheco, Mitsuko Aparecido Makino Antunes, Nelson Antonio Fontes Coutinho, Nilton Júlio de Faria (suplentes).
Comissões: Comunicações, Diretoria, Ética, Formação e Educação, Infância e Adolescência, Orientação e Fiscalização, Psicoterapia, Saúde, Subsedes, Trabalho.

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Maria Silvia de Mesquita Bolguese e José Roberto Tozoni Reis
Editores: Juliana Motta
Texto: Juliana Motta e Dinorah Ereno
Revisão: Dinorah Ereno

Diagramação e Editoração Eletrônica: Digital Artes Comun. Editora
Impressão: Bangraf
Tiragem: 38.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

Sede:

Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP - CEP: 04038-004
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857

Álvaro Trujillo

A dimensão política dos Conselhos

O presidente eleito do Conselho Federal de Psicologia expõe os planos de trabalho da gestão Consolidação Nacional e defende um conjunto de medidas para acabar com a burocracia e a centralização de poder na entidade

O psicólogo Álvaro Trujillo trabalhou em diversas áreas da psicologia antes de se fixar no consultório. Foi professor universitário, trabalhou com seleção e grupos de ação. Atuou também no Instituto de Psicologia Social de Diadema e como professor da Sociedade Paulista de Psicodrama, sua primeira formação. Hoje, após 10 anos de atividade clínica, se define basicamente como psicoterapeuta.

Mas, em qualquer atividade desenvolvida, procurou sempre trabalhar com as possibilidades de inserção social de sua profissão. Foi assim que chegou ao Conselho Regional de Psicologia, na década de 80. Como conselheiro regional de 1983 a 1986, participou do processo de transformação da entidade, que culminaria na realização do Congresso Nacional da Psicologia, em 1994, e na aprovação de medidas que pretendem alterar toda a estrutura dos Conselhos. Atuando desde 1992 no Conselho Federal de Psicologia, como representante da 6ª Região, Trujillo foi eleito no dia 28 de agosto como presidente da chapa Consolidação Nacional para liderar o processo de transição do Conselho Federal em Conselho Nacional da Psicologia. Foi nessa condição que ele recebeu o *Jornal do CRP* e falou sobre o programa da nova gestão e sobre como deverá se desenvolver.

CRP - Da época em que o senhor começou a atuar nos Conselhos de Psicologia até os dias de hoje, quais foram as alterações

mais significativas ocorridas ao longo do tempo?

Álvaro - Eu vou situar a questão a partir de uma visão histórica. O conselho surgiu na década de 70, época da ditadura militar. Em sua primeira fase, que vai de 1974 até o início da década de 80, ele se caracterizou por um enorme fechamento, atuando como um órgão mais voltado para si mesmo, burocrático, centralizador e fiscalizador. Nesse momento, ele tinha muito pouco contato com a categoria. Havia uma elite que o dominava e sua atividade era extremamente burocrática.

Na década de 80 tentou-se mudar essa realidade, através da formação de chapas de oposição nos Conselhos Regionais. São Paulo foi uma das regiões que comandaram esse processo e é aqui que houve uma chapa de oposição eleita, com propostas de mudanças. Essas mudanças já visavam a uma ampliação da atuação da entidade, mas ainda estávamos vivendo o final da ditadura, havia muitos entulhos autoritários. Foi um momento de tentativa de nos livrarmos desses entulhos, propondo uma maior participação do Conselho junto à categoria e à sociedade.

"A transformação que estamos operando amplia o Conselho em relação à fase burocrática e a centralizadora e à fase técnico-científica e burocrática."

Nessa fase havia uma maior preocupação técnico-científica, sem, obviamente, perder o caráter burocrático. Mas, embora houvesse uma proposta de mudança, ela ainda não era clara para os participantes, por isso tivemos avanços e retrocessos nesse período. Mas, sem

dúvida, começou a surgir um questionamento sobre o que era essa entidade e para que ela servia.

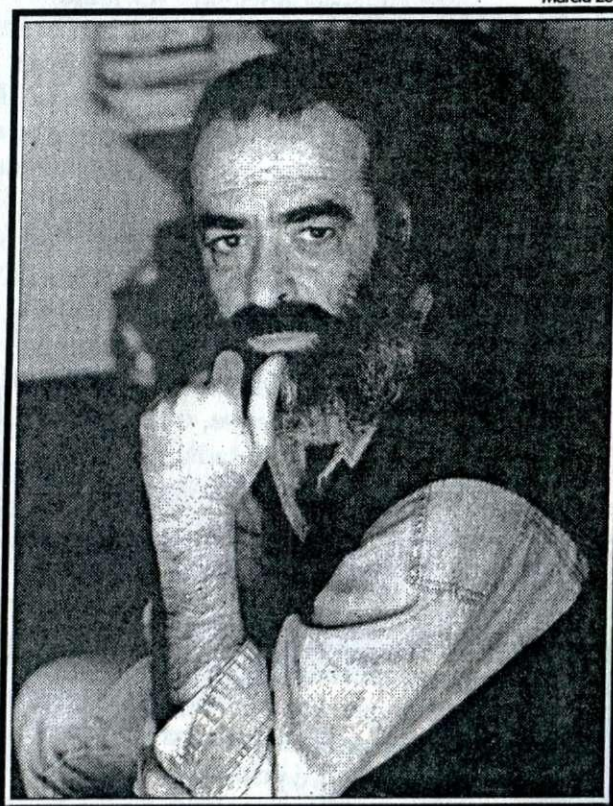
A partir do final da década de 80, essa questão começou a tomar maior corpo. Houve uma primeira tentativa de mudar o caráter da entidade com a realização do Congresso Nacional Unificado da Psicologia - Conup, em que participaram os Conselhos, os Sindicatos e a Fenapsi, em 1989. Ali se radicalizaram determinadas posições e acabou-se até mesmo levantando a idéia de extinção dos conselhos. Na minha opinião, o básico nesse momento era a existência de um pensamento de questionamento do por que da existência dos conselhos e das entidades.

Na realidade o Conup chegou a uma grande crise e, sem uma solução, acabou levando a uma separação política das entidades, ficando os conselhos de um lado e sindicatos de outro. Tanto é que se realizou um novo encontro em 1991, o Encontro Nacional Unificado das Plenárias - Enup, exclusivo dos Conselhos. Embora esse encontro também não tenha chegado exatamente a nenhuma solução, foi onde surgiu a idéia do processo constituinte dos conselhos, que também sofreu várias alterações ao longo do tempo e que terminou no Congresso Nacional Constituinte, realizado no ano passado em Campos do Jordão. Hoje

nós estamos exatamente nos desdobramentos desse Congresso. Por isso será realizada a transição com uma chapa que ficará à frente da entidade por um ano.

Considero que estamos num terceiro momento da história, onde os conselhos estão podendo se apropriar da sua dimensão própria que, na minha opinião, é a dimensão política. A transformação que estamos operando amplia o conselho em relação à fase burocrática e centralizadora e à fase técnico-científica e burocrática. Vamos agora para uma fase eminentemente política, que é, a meu ver, mais própria de entidades que representam categorias e interesses sociais e que vai procurar regular as relações sociais, principalmente no que se refere ao exercício profissional do psicólogo.

CRP - Há uma crise no Brasil, de amplo espectro, e esse movimento é contrário ao que tem ocorrido em termos gerais. Ele é



Márcia Zoel

contrário à separação que chegou a acontecer entre as entidades e à proposta de extinção dessas entidades, que chegou a ser pensada no Conup. O que aconteceu de lá para cá? Aumentou a consciência dos psicólogos ou essa crise fez com que se identificasse que os problemas da psicologia são comuns em todo o âmbito nacional?

Álvaro - Na minha opinião, não se reverteu a proposta de extinção nem a categoria ganhou mais consciência. Se formos ver na prática o que está acontecendo essa posição de transformação ainda não é uma posição hegemônica. Ela é vitoriosa, mas não é hegemônica. Existem posições contrárias a essas transformações. Há grupos que até tentaram reverter essas decisões do Congresso Nacional voltando o Conselho, inclusive, para uma fase mais burocrática. Mas nós não estamos indo na contramão da história. Nós estamos indo na contramão de uma proposta de solução para a crise, o neoliberalismo que, na realidade, nada mais é do que uma forma de desenvolvimento dessa própria crise brasileira e mundial.

Segundo a perspectiva neoliberal, as entidades deveriam desaparecer, porque o mercado poderia regular tudo. O que nós estamos encaminhando dentro do âmbito das entidades da psicologia é justamente o contrário, ou seja, que a sociedade se organize em busca dos seus próprios interesses e não seja regulada por um mercado absurdo, sem racionalidade, que não vai se preocupar com problemas sociais de modo algum. O neoliberalismo é o desejo de lucro da burguesia levado a extremos. E quanto mais o lucro prepondera, evidentemente as questões sociais se agravam muito mais. Nesse sentido nós estamos indo na contramão.

Nós pretendemos uma entidade que se centralize nos interesses da psicologia subordinados aos interesses sociais. E nesse sentido a tendência vitoriosa no Congresso Nacional da Psicologia entende que precisa fortalecer as entidades representativas: Conselhos, Sindicatos e, numa fase posterior, as próprias Associações. Acreditamos que as entidades devem trabalhar organizadamente, com alianças, respeitando as diferenças, mas tendo um projeto social e político comum. Estamos caminhando para tentar fazer com que a chamada sociedade civil organizada busque os seus interesses, busque a solução desses

conflitos sociais, que tendem a se agravar com essa ideologia neoliberal que na realidade é o conservadorismo radical da burguesia.

CRP - Com as alterações a serem realizadas no atual Conselho Federal, até a implantação definitiva do Conselho Nacional, como deverá ficar a relação com os Conselhos Regionais?

Álvaro - Essa relação ainda não sofreu uma mudança muito grande. O atual Conselho Federal está às voltas com algumas mudanças mais periféricas nessa relação com os Regionais. E, evidentemente, a estrutura que existe não permite muitas mudanças, que só deverão ocorrer a partir das eleições, tanto nos Regionais quanto no Federal. Por isso a relação continua sendo centralizada, com um poder muito grande do Federal em relação aos Regionais. Por mais que se tenha tentado regular essas relações para

histórica à qual me referi, dos conselhos saírem de sua centralização interna. O Federal vai ter que sair de si mesmo para estar indo aos Regionais, que são a base de qualquer ação política mais efetiva. Nesse sentido, o Federal é um órgão com pouco poder de ação junto à categoria. Ele é intermediado pelos Regionais. O objetivo dessas alterações é o fortalecimento dos Regionais. O Nacional deverá estar coordenando esse processo e lidando, no seu nível próprio, com as questões mais amplas de políticas de saúde, educação, econômicas etc.

A idéia é que o Conselho Nacional seja um órgão interventor nas questões sociais. Nós temos que intervir tanto quanto possível nas políticas nacionais, de modo a estar podendo caminhar naquilo que é nosso propósito. Ou seja, encontrar caminhos próprios de solução para as questões sociais, em vez de deixá-las a reboque de políticas eco-

se fazer um programa para o Federal a partir desses 12 programas regionais. Isso levou a uma colcha de retalhos de programas, de atitudes e de pensamentos políticos. Dessa forma, faltava sempre uma direção mais definida para as ações do Federal. E faltava também uma possibilidade de cobrança da ação do Federal, na medida em que não existia um programa aprovado pela categoria.

Nesse sentido muda radicalmente. Em primeiro lugar, a próxima gestão tem um programa definido, conhecido e votado previamente pela categoria. Isso implica a possibilidade de que o Conselho seja cobrado por suas ações, o que muda radicalmente a relação da entidade com a própria categoria. Hoje os psicólogos sabem o que podem esperar da ação do Conselho Federal, a partir do programa que foi distribuído. O Federal se torna, no meu modo de entender, mais tangível para os próprios psicólogos.

Anteriormente a relação dos psicólogos com o Conselho Federal era muito abstrata, na medida em que pelo próprio processo de eleição o Conselho ficava muito distante da categoria. Na gestão passada, quando eu fui eleito pela 6ª Região para integrar o Conselho Federal, nós tínhamos um programa, mas na verdade a categoria não podia chegar e cobrar sua execução porque esse programa era um entre 12. Hoje a categoria realmente pode cobrar isso.

E mudam também todas as relações de força interna da autarquia na medida em que acabam as ambiguidades nas relações dos conselheiros federais. Como eram eleitos por uma região, os conselheiros tornavam-se uma espécie de delegados junto ao Conselho Federal. Era como se devessem defender os interesses de sua região de origem. Hoje essa relação se dilui. Nós não fomos eleitos por uma ou outra região, mas por uma visão nacional. Usando uma comparação com a política nacional, por exemplo, o Antônio Carlos Magalhães vai para o Senado Federal defender os interesses da Bahia. De uma certa maneira era isso o que acontecia no Conselho Federal. Mesmo que a tentativa das pessoas que estavam lá fosse a de suplantá-lo, a própria estrutura não permitia muito.

CRP - O senhor entende, nesse caso, que a possibilidade de o psicólogo, em qualquer um dos Estados, poder votar em uma

"A gestão Consolidação Nacional tem um programa definido, conhecido e votado pela categoria. Isso implica a possibilidade de que o Conselho seja cobrado por suas ações."

que se tornassem mais paritárias ao longo do tempo, com a criação de mecanismos como o Conselho Deliberativo, ainda há uma relação muito poderosa do Federal em termos formais, burocráticos.

O que se pretende nessa transição é realmente mudar essa relação de poder. Os Regionais vão passar a ter mais autonomia e maior responsabilidade sobre suas ações, ficando o Conselho Nacional como um coordenador das políticas nacionais, junto com os Regionais. A base vai ser formada pelos Conselhos Regionais. O Conselho Nacional vai ter o poder coordenador e proponente de ações para os Regionais no âmbito das políticas nacionais.

No nível interno essas relações vão ter que ser reguladas de um modo diferente. Para isso estão previstos, por exemplo, os diretores regionais, que vão fazer a articulação junto aos Regionais de todo o país, de modo a estar podendo compor, na prática, a ação das políticas nacionais. Isso, no meu entender, tem um caráter importante porque permitirá concretizar aquela luta

nômicas, esperando que essas políticas econômicas façam algum efeito para depois poder lidar com o social.

CRP - Até a última eleição o Conselho Federal era composto a partir de dois delegados eleitos em cada região do país. E esses delegados eram indicados em consonância com as chapas dos Regionais. Nesta última eleição esse procedimento mudou. Os profissionais se articularam em torno de uma proposta com a qual concordavam e a partir da qual teceram um programa chamado de Consolidação Nacional. Esses procedimentos alteraram apenas a forma ou representaram uma mudança substantiva?

Álvaro - Eu entendo que há uma mudança radical de procedimento. Hoje o processo é totalmente diferente do que vinha sendo adotado até então, quando se elegiam dois representantes por região, que tinham 12 programas diferentes, já que esse é o número de Conselhos Regionais em todo o país. Tentava-

chapa nacional, porque tem acesso a programas, inaugura uma experiência importante?

Álvaro - Sim, porque muda completamente a relação. O poder desregionaliza-se no âmbito nacional e passamos a ter, de fato, duas esferas de poder. O poder regional e o poder nacional caracterizados de fato como poder regional e nacional. E os dois se distinguem nitidamente agora. Não é o poder regional levado para o nível nacional como era até hoje. Eles se distinguem realmente. A chapa nacional tem outro caráter, outra atribuição, outro objetivo diferente de uma chapa regional. Ela vai ter que atender a outro interesse. E, realmente, ao ser votada por todos os psicólogos garante uma representatividade do programa e da gestão muito mais nítida e maior.

CRP - Dentro desse contexto, o que seria prioritário para essa gestão que se inicia?

Álvaro - A chapa Consolidação Nacional tem algumas prioridades. Uma, evidentemente, é a realização do II Congresso Nacional da Psicologia. É nesse Congresso que vamos poder estar concretizando melhor os avanços que foram feitos no I Congresso, fazendo uma avaliação da experiência concreta da primeira chapa nacional e preparando a continuidade dessa proposta, ou seja, ter uma chapa inscrita no Congresso com outras condições de formação diferentes das que nós tivemos atualmente e que, supomos, com muito mais força política do que a atual. Porque ela vai estar já no bojo de uma estrutura que se modificou.

Outra prioridade, naturalmente, são os projetos relativos a esse objetivo, como um cadastramento nacional, que vai permitir um maior conhecimento das condições do psicólogo em nível nacional e em níveis regionais, o encaminhamento da mudança da Lei 5.766/71, que cria os Conselhos, já adaptando-a para esses objetivos e mudando a forma da autarquia, e o encaminhamento dos processos que já foram iniciados, como a discussão do Código de Ética e do Código de Processamento Disciplinar, aprofundando cada vez mais a discussão do exercício profissional. Esse, eu acredito, vai ser o grande tema do II Congresso Nacional.

Eu entendo que tudo isso, na realidade, é parte de um processo de aprofundamento do questiona-

mento da profissão da psicologia no Brasil e vamos estar cada vez mais concretizando esse processo de discussão. É nesse sentido que acredito que no próximo Congresso a grande preocupação é o exercício profissional. Em termos de processo eu entendo que ele vai cada vez preparando mais para também atingir, mais à frente, a questão da formação do psicólogo. Acho que é a área final desse processo.

Claro que com isso nós vamos ter que alterar também a estrutura burocrática do Conselho. Ela tem que servir às questões políticas, e não se consumir em si mesma. Nesse sentido, vamos ter que fazer uma reavaliação das questões burocráticas para adaptá-las a esses objetivos.

Outras questões que já começaram a ser resolvidas e que temos que continuar dizem respeito à área de informática. Temos uma política clara para a informática no sentido de estar facilitando inclusive a co-

saúde mental, educação, trabalho, infância e adolescência, judiciário, psicoterapias etc.?

Álvaro - Primeiro vamos clarear o sentido do termo enxugamento. Na realidade, em geral se entende por enxugamento uma diminuição de funcionários etc. Eu diria que vai haver um redirecionamento do labor burocrático do Conselho, que pode até implicar, eventualmente, a necessidade de contratação de novos funcionários.

Você tem razão quando diz que a estrutura de câmaras na verdade acaba constituindo feudos de pessoas e uma divisão até interna de poder dentro do federal. Uma divisão que tende muito mais a criar do que a resolver conflitos. É evidente que essas questões específicas de trabalho, saúde, educação etc. vão continuar existindo. O que pretendemos é que essas questões sejam apropriadas igualmente por todos os membros da futura gestão. Quanto ao que o Conselho vai fazer com

pre de articulação das questões, de encaminhamento dessas questões, de recebimento das ressonâncias disso que vai nos dirigir até para as nossas decisões em nível nacional.

Em síntese, o que muda e que já é uma coisa pensada, mas de difícil execução, é o seguinte: nós deixamos também de retalhar as questões. Vamos pegar como exemplo a questão dos convênios com psicoterapia. Essa é uma questão ética, e portanto deveria ser resolvida pela ética? É uma questão de técnicas, e deveria ser resolvida por um grupo ligado às psicoterapias? Na realidade, com essa mudança nós passamos a trabalhar muito mais tematicamente do que setorialmente. Ou seja, trabalharemos por temas em vez de pegar as questões e retalhá-las por câmaras ou grupos.

Vai ser uma coordenação única ligada ao tema que sempre vai ser geral, vai passar sempre pelas questões técnicas, éticas, de condições de trabalho, qualidade de trabalho e que não se referem a nenhuma câmara específica, a nenhuma comissão específica. Pode-se, eventualmente, até criar comissões de trabalho com relação a um tema, mas não retalhar os temas em suas várias perspectivas.

CRP - Como pode se dar, concretamente, essa articulação?

Álvaro - O diretor regional vai ter que sair de Brasília e visitar a sua região geográfica, participando como conselheiro nacional, levando para os regionais e articulando com eles essas políticas regionais. Ele vai ser sempre um articulador. Ele será um proponente da política que entendermos para as questões que eventualmente forem levantadas e, evidentemente, recolherá e trará para ser discutido no plenário do Federal os entendimentos de sua região, configurando uma relação de circularidade. Não é uma relação de uma ponta com a outra ponta, mas uma relação que sempre vai ter uma circularidade de idas e vindas, que eu acho que é a essência de uma articulação política.

É evidente que decisões vão sendo tomadas parcialmente, encaminhamentos vão sendo definidos, lembrando que a perspectiva é sempre histórica. Não é uma perspectiva de soluções imediatas e definitivas. Mas sempre entendendo que nós estamos fazendo parte de um processo social que é infinito.

"Pretendemos ter uma relação com a categoria de circularidade e não uma relação de uma ponta com a outra ponta. Acredito que essa é a essência da articulação política."

municação entre Conselho Federal e Conselhos Regionais e entre os próprios Conselhos Regionais. Essa é uma outra questão que defendemos: que os próprios Conselhos Regionais podem e devem se articular entre si. Se dois Regionais têm uma questão comum eles podem se articular e estar resolvendo sem esperar o Nacional para isso. Precisamos facilitar o máximo possível que essas relações se dêem. E o avanço tecnológico moderno é o facilitador para isso.

CRP - Pelo que se entende, o que o senhor chamou de menos burocrático nessa reestruturação é o enxugamento da estrutura vigente no Conselho Federal. De acordo com o programa da chapa Consolidação Nacional, não haverá mais a estrutura por câmaras de trabalho, que constituem verdadeiros feudos de profissionais que se agregaram de acordo com os seus temas. Se esse entendimento é procedente, como a próxima gestão vai trabalhar com os temas específicos, como

relação a essas questões, volto ao entendimento que tivemos anteriormente. A base da ação do Conselho Nacional de Psicologia são os Conselhos Regionais, que deverão levar as ações, coordenadas em nível nacional pelo Conselho Federal.

O que vamos ter que discutir na próxima gestão são os procedimentos para isso. Essas questões no seu sentido mais concreto têm que ser retomadas, a mobilização tem que ser feita na base. As ações não têm que ser decididas por um grupo de doutos senhores que lá de cima resolvem que agora a saúde mental, por exemplo, vai seguir um determinado caminho. Vão ser procedimentos políticos articulados junto com os Regionais. É importante ressaltar de novo a importância do diretor regional dentro da gestão, que será fundamental para que isso se concretize. Tudo articulado com os Regionais, porque só eles têm acesso à categoria.

O que nós entendemos é que as ações têm que se dar, necessariamente, com a participação da categoria. Então a nossa postura vai ser sem-

O contrato e as relações de trabalho

Psicólogo não deve exercer profissão sem antes exigir que o cargo seja formalizado em contrato de trabalho

Exercer a psicologia em empresas, instituições de natureza variada ou mesmo em corporações militares e de defesa civil já não é propriamente uma novidade para grande parte dos psicólogos brasileiros. Menos ainda para as instituições empregadoras, que vêm fazendo largo uso dos conhecimentos, técnicas e métodos psicológicos nos departamentos de recursos humanos e na solução de seus problemas organizacionais e gerenciais. Mesmo assim, ainda ocorrem muitas distorções na contratação de profissionais da psicologia e desrespeito quanto à natureza e especificidades do serviço prestado pelo psicólogo.

Entre as inúmeras ocorrências desse tipo que chegam ao Centro de Orientação do CRP-06, uma situação tem chamado particularmente a atenção: a de psicólogos que, apesar de exercerem a profissão nesses locais, são contratados para outra função e, portanto, com outro registro em carteira de trabalho. Em outras palavras, a instituição, empresa ou corporação se utiliza do trabalho do psicólogo mas não o reconhece na prática, não dando a contrapartida da remuneração e das condições mínimas para o exercício da psicologia dentro dos preceitos éticos, técnicos e legais necessários.

De acordo com informações obtidas no Centro, em muitos desses locais o cargo de psicólogo nem sequer é formalmente instituído e, em muitas situações, o funcionário ingressou no emprego antes de concluída sua formação. Dessa forma, são contratados para funções que nada têm a ver com a ciência da psicologia, como executar serviços de secretaria, tarefas auxiliares nos departamentos de recursos humanos ou

para cargos administrativos ou gerenciais que não exigem o conhecimento específico na área psicológica e podem também ser exercidos por profissionais de outros campos de conhecimento.

Ainda segundo informações das responsáveis pelo Centro, geralmente o que acontece é que o profissional, ansioso por atuar na profissão, ou na esperança de poder ajudar os colegas de trabalho, começa a ser solicitado "informalmente", acabando por configurar sua atuação como psicólogo. Essa "informalidade", aparentemente inofensiva, no entanto, traz implicações graves, que podem comprometer todos os esforços desenvolvidos pelo profissional no sentido de exercer a psicologia.

Inicialmente, o psicólogo que se submete a essa condição está, mesmo que involuntariamente, desrespeitando as condições técnicas necessárias de atendimento, uma vez que não há como resguardar as condições de privacidade, confiança mútua e, principalmente, o sigilo que o atendimento psicológico requer. É praticamente impossível um atendimento terminar bem-sucedido em condições tão precárias e tendo o profissional um papel ambíguo em relação ao ambiente onde está atuando.

Isso implica não somente uma grave falha técnica, mas leva também a problemas de ordem ética, podendo resultar até mesmo em punição por descumprimento ao artigo 01 alínea c do Código de Ética, segundo o qual "é dever fundamental do psicólogo prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficiente, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional".

Por outro lado, como não tem sua

identidade preservada frente aos colegas de trabalho e à empresa, o profissional acaba vulnerável em sua condição, ficando sujeito a dois tipos diferentes de legislação, os códigos de Ética e Processamento Disciplinar, da Psicologia, e a legislação específica do órgão a que está vinculado. Pode acontecer, por exemplo, de a empresa passar a exigir que quebre o sigilo profissional, convocando-o a depor em processos administrativos. Como se sabe, o Código de Ética determina que o profissional se recuse a prestar esclarecimentos sobre informações obtidas durante atendimento psicológico. O psicólogo está, portanto, respaldado em lei para proceder dessa maneira, desde que o cargo que ocupa o submeta ao sigilo profissional, ou seja, desde que seja contratado para exercer a função de psicólogo naquela instituição.

De acordo com explicações das psicólogas do Centro de Orientação, a despeito desses tipos de exigência poderem ocorrer também para psicólogos regularmente contratados, esses têm direito de recorrer à lei para fazer valer seus direitos. Mas aqui o problema torna-se mais complicado, uma vez que a situação é, toda ela, ilegal. Na verdade, ou o profissional está exercendo um cargo que não existe, ou caso exista o cargo na empresa, mas ele não seja contratado como psicólogo, está exercendo em condições ilegais estando, portanto, vulnerável para exigir o cumprimento dos princípios básicos do atendimento psicológico.

Como se tudo isso não bastasse, há ainda a situação trabalhista desse tipo de contrato, que coloca o profissional sem condições de reivindicar equiparação salarial com outros psicólogos, excluindo-o ainda de

qualquer outro benefício que a categoria possa vir a alcançar.

Segundo orientação do Conselho, para evitar todos esses constrangimentos, a primeira atitude a tomar é o profissional não aceitar, em hipótese alguma, exercer a profissão sem estar contratado como psicólogo. E os que já estiverem passando por uma situação desse tipo devem tentar formalizar o cargo de psicólogo junto à empresa.

Caso não consigam, vale entrar com queixa junto ao Conselho e ao sindicato. É possível o profissional mover ação trabalhista, através do sindicato, provando que exerce função diferente da que consta no registro em carteira de trabalho. E, para respaldar o profissional, o CRP editou uma resolução fixando a obrigatoriedade de as empresas darem a designação profissional no ato da contratação de serviços de psicólogos (página ao lado). Embora a entidade não tenha poder legal de interferência junto aos órgãos empregadores, a resolução é uma norma interna que tem força de lei e que visa a proteger o psicólogo nas situações a que se refere, podendo, portanto, ser utilizada pelo profissional como instrumento legal de defesa.

A utilização desse instrumento pelo CRP-06 é uma forma de normatizar procedimentos e viabilizá-los na prática antes de formular as propostas de alteração na Lei 4.119/62, que regulamenta a profissão. Estão sendo feitas articulações no sentido de que o instrumento seja adotado também por outros Regionais e pelo Conselho Federal, para legitimar em todo o território nacional as decisões favoráveis aos psicólogos antes que se façam propostas de alterações na lei também em nível nacional.

Resolução CRP-06 nº 005/95 de 05/08/95

Ementa: Fixa a obrigatoriedade da designação profissional específica para efeito de registro, decorrente da contratação dos serviços ou trabalhos profissionais do psicólogo.

O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e,

CONSIDERANDO a função normativa, intransferível, a ser desempenhada pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, nos termos do que dispõe a Lei nº 5.766/71,

CONSIDERANDO a necessidade imperativa de responsabilizar tecnicamente o psicólogo pelas atividades que lhe são atribuídas, conforme disposição da Lei 4.119/62, especificamente em seu parágrafo 1º do artigo 13, alíneas "a", "b", "c", e "d", que fixa as funções privativas do psicólogo,

CONSIDERANDO que a Consolidação das Leis do Trabalho em seu inciso II do art. 18, para anotação ou previsão de profissão na Carteira de Trabalho e Previdência Social, Contrato de Prestação de Serviços e a regulamentação específica no quadro de cargos e funções dos órgãos de natureza pública exigem a comprovação de habilitação, quando se trata de profissão regulamentada,

CONSIDERANDO a urgência em contribuir para o aperfeiçoamento da profissão e o seu reconhecimento social,

CONSIDERANDO, finalmente, a necessidade de qualificar os serviços do psicólogo e a proteção da cidadania,

RESOLVE:

Artigo 1º - A contratação de trabalhos ou serviços prestados por PSICÓLOGOS, sob vínculo empregatício estatutário, de contratação e outros, regulares, eventuais, temporários, estáveis ou em equipes multiprofissionais, que exijam a utilização de métodos e técnicas psicológicas, implicará obrigatoriamente a previsão do cargo ou função e a designação profissional "PSICÓLOGO" nos documentos respectivos, precedendo ou sucedendo a especificação secundária do cargo ou função.

Artigo 2º - No ato da contratação do serviço ou do trabalho nos moldes da CLT, da posse ou assunção do cargo ou função, conforme o caso, será obrigatória a apresentação pelo interessado de sua habilitação, consistente em cédula de identidade profissional, expedida regularmente pelo CRP da 6ª Região.

Parágrafo único - A ausência de apresentação do documento referido no "caput" impedirá que o interessado seja contratado, admitido, empossado no cargo ou função com a designação de "PSICÓLOGO", ou que exerça, mesmo sob outra denominação, as funções privativas do psicólogo.

Artigo 3º - Os órgãos públicos, autarquias, fundações, empresas ou entidades privadas ou pessoas físicas, que já possuem funcionários, servidores, prestadores de serviços e outros que exerçam atividades privativas do psicólogo, com designação em desacordo com esta norma, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequar e cumprir os termos da presente resolução, a partir de sua publicação em Diário Oficial.

Artigo 4º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do CRP-06.

Artigo 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMEMORAÇÃO

Conselho entrega perfil à categoria

A psicologia continua como uma profissão predominantemente feminina, mas tem crescido em setores como o de segurança pública, o judiciário e o comunitário. Essas são algumas das conclusões do recadastramento que traçou o perfil atualizado da categoria nos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, apresentado no dia 16 de setembro, no Instituto Sedes Sapientiae, em comemoração ao Dia do Psicólogo. O evento contou com a participação da professora Silvia Leser de Melo, diretora do Instituto de Psicologia da USP, que, comentando os resultados encontrados, destacou o fato de que a grande maioria dos profissionais da psicologia continua se formando na escola particular. "Haveria necessidade de se inverter esse fluxo para a escola pública", defendeu ela.

Segundo a professora, só é possível pensar caminhos para a profissão



A professora Silvia Leser durante o evento em comemoração ao Dia do Psicólogo

a partir do momento em que se conhece como ela desenvolveu-se ao longo do tempo. Citando como exemplo outros trabalhos semelhantes ao recadastramento realizado pelo CRP, a professora chamou atenção para o fato de que ao longo do tempo a clínica tem sido privilegiada na preferência dos alunos. "Sempre me perguntei sobre o porquê dessa preferência por uma área afastada das necessidades básicas do país", indagou.

Falando sobre as novas áreas de atuação da psicologia, a professora destacou a aplicação do recadastramento como fonte de pesquisa para o redirecionamento dos cursos de formação profissional. Segundo ela, a universidade ainda não educa o aluno para atuar nos novos setores.

O recadastramento foi realizado em trabalho conjunto com a Fundação Seade e teve início em março do ano passado, com o objetivo de formar um

banco de dados qualificado sobre a categoria. Segundo informações de Sérgio Donda, que trabalhou na coordenação na fase final da pesquisa, "o cadastro hoje disponível no Conselho é um retrato fiel da situação do psicólogo da 6ª Região e permitirá o acesso à categoria por setor de atuação". Ainda segundo o psicólogo, o trabalho poderá ter utilização imediata por instituições, universidades e no planejamento de ações do próprio Conselho.

Os resultados quantitativos dessa primeira fase do recadastramento foram publicados no livro **Psicologia: formação, atuação profissional e mercado de trabalho. Estatísticas 1995**. O Conselho planeja, ainda, uma segunda publicação, onde serão feitos vários cruzamentos com análise qualitativa dos dados. Os psicólogos interessados em conhecer o livro devem procurar informações no CRP-06, pelo telefone (011) 574-7133.

É necessário ampliar a

Psicologia e Cidadania faz balanço da gestão que termina e conclui que projetos

Entre as difíceis tarefas impostas a todo grupo ou profissional que se dedica a causas coletivas está a de avaliar o trabalho realizado quando termina seu tempo à frente de uma instituição. Geralmente peca-se por confundir avaliação com prestação de contas, reduzindo-se os esforços empreendidos a uma somatória de ações para comprovar resultados. Por esse motivo a gestão **Psicologia e Cidadania** preferiu avaliar seu mandato tomando como referencial o quanto a categoria conseguiu se fortalecer nos últimos três anos e se foi possível, de fato, estabelecer um vínculo entre a profissão e as questões sociais que permeiam a atuação do psicólogo.

Vista por esse ângulo pode-se dizer que a gestão conseguiu estabelecer algumas bases de encaminhamento para as questões fundamentais da psicologia, que, na entanto, necessitam ainda ser solidificadas. Todas as ações foram planejadas segundo princípios que pudessem nortear a prática psicológica de acordo com interesses coletivos, evitando-se ceder ao canto da sereia do corporativismo. Dessa forma, a ética e a orientação tomaram o lugar da fiscalização como prioridade na relação com os profissionais. Extinguiu-se a Comissão de Orientação e Fiscalização, que realizava trabalho restrito de fiscalizar as ações do profissional. Em seu lugar criou-se o Centro de Orientação, que, através do contato direto com a categoria, permitiu uma avaliação das demandas mais imediatas, transformadas em projetos que contam também com a contribuição de profissionais para sua execução.

Com a implantação desse serviço, diminuiu sensivelmente o número de processos éticos, à medida que ia aumentando o número de consultas dos profissionais e usuários, o que foi considerado um bom indicador de que muitos dos processos instaurados até então eram motivados por falta de informação tanto de profissionais quanto da população. No entanto, não houve descuido com a fiscalização. To-



das as denúncias foram averiguadas e, nos casos necessários, instaurados os processos éticos. Ocorreu que grande parte das denúncias tratavam de questões que poderiam ser solucionadas sem a abertura do processo. Estas foram encaminhadas para orientação. Para se ter uma idéia, no ano de 1992 (ano em que a gestão assumiu o Conselho) foram instaurados oito processos éticos. A mesma cifra se manteve em 1993, quando foi iniciado o serviço de atendimento no Centro que, naquele ano, atendeu a 573 consultas. Em contrapartida, até julho deste ano, quando o Centro já tinha registrados quase cinco mil atendimentos, somente três processos éticos haviam sido abertos. O Centro, no entanto, ainda não alcançou todo o seu potencial, precisando, num próximo passo, assumir também suas funções como produtor de informações para instrumentalizar o trabalho das comissões, dos con-

selheiros e dos profissionais.

Um passo fundamental

Como havia uma grande preocupação em qualificar as ações, foi realizado o recadastramento dos psicólogos para montar um banco de dados atualizado sobre a situação da ca-

O fato da gestão adotar posições sobre as questões sociais, a formação e o exercício profissional, fez do Conselho uma referência para a categoria.

Mas, ainda, alguém do necessário e do possível.

tegoria, o que permitirá a realização de trabalhos de pesquisa e o planejamento de ações voltadas para as necessidades apontadas pelos próprios profissionais. "Conseguimos executar alguns projetos que criam base e dos quais a próxima gestão deve se apropriar", opinou Odair Sass, conselheiro-presidente do CRP-06 à época do término da gestão. Citando como exemplo a preocupação constante para que o conselho se posicio-

nassem quanto às questões sociais, à formação profissional e ao exercício da psicologia, Sass acredita que a gestão deu passos importantes para que a entidade possa se constituir em referência para a categoria. Mas com-

plementa: "Temos alguns indicadores que apontam para um incremento na participação dos psicólogos nas atividades mais sistemáticas do Conselho. Houve um número maior de profissionais envolvido no trabalho. O fato desta gestão adotar posições sobre as questões sociais, sobre as universidades, sobre os problemas da formação e do exercício profissional podem ter constituído uma certa referência para a categoria, mas ainda assim, eu acho que é alguém do necessário e do possível."

Na opinião de Cláudia Sodré Vieira, conselheira-presidente na gestão **Psicologia em Ação**, esse avanço, embora realmente esteja alguém do necessário, representou um passo importante no sentido de mudar o relacionamento com a categoria. "Hoje, as pessoas vêm para o Conselho trazendo algum questionamento e permanecem também em outros projetos. Com isso conseguimos alterar aquela visão tradicional segundo a qual o CRP deveria dar e o psicólogo ficar recebendo, passivamente." Um bom exemplo é a Comissão de Testes, surgida por demanda de psicólogos, sociedade e usuários. Formada por entidades, universidades, empresas e instituições públicas, a comissão vem se reunindo desde dezembro do ano passado para criar novos procedimentos e normas para certificação dos instrumentos psicológicos.

Outro dado importante foi a abertura da entidade para participação em movimentos populares, inicialmente através de sua comissão de saúde e, mais tarde, pelas outras comissões. "Queríamos realizar um trabalho que recolocasse a questão do lugar da psicologia na problemática da saúde mental, de acordo com as demandas sociais do país", avalia Celi Denise Cavallari, membro da comissão. A luta antimanicomial talvez seja a expressão mais visível dessa iniciativa. Mas, dentro da perspectiva do Conselho estar exercendo mais efetivamente seu papel em defesa da sociedade, outros movimentos tornaram-se parceiros e o

organização da categoria

iniciados permitem a continuidade da luta dos psicólogos por direitos coletivos

CRP se inseriu na luta pela prevenção da Aids, concentrou esforços pela aprovação da Lei dos Genéricos (obriga os laboratórios a fazer constar nas embalagens o nome dos princípios ativos dos medicamentos) e esteve presente em vários conselhos estaduais e municipais e nas conferências de saúde, para citar apenas alguns exemplos. Segundo o conselheiro da gestão que se inicia, Floriano Nuno de Barros Filho, a partir dessas ações o Conselho conseguiu se fazer muito mais respeitado pela sociedade.

Abrir as portas da entidade, no entanto, não era um fim em si mesmo. Mas o caminho pelo qual seria possível conhecer os campos de atuação em que a psicologia foi se inserindo ao longo do tempo e que determinaram uma realidade complexa e variada, de acordo com cada área de atuação. Nesse contexto surgiram projetos, como o de práticas alternativas, que pretendia identificá-las e aprofundar o conhecimento sobre suas bases científicas. O projeto forneceu importantes subsídios para que o Conselho pudesse repensar suas atribuições em relação a essas práticas, tendo-se concluído pela responsabilização das universidades e da comunidade científica no que diz respeito a novas iniciativas. "O Conselho não faz ciência. Mas precisa agir em proteção do usuário. Para isso é necessário que a universidade esteja dando essas referências", explica Cláudia.

A questão das alternativas, por sinal, tornou-se uma das discussões mais polêmicas nos Congressos Regional e Nacional da Psicologia. Mas não foi a única. Muitas das questões propostas pelo CRP-06 foram vitoriosas nos Congressos e continuam sendo debatidas pelos fóruns criados para estudar e propor alterações nas Leis 4.119/62, que regulamenta a profissão, e 5.766/71, que cria os conselhos e nos modelos de formação profissional.

Estrutura burocrática compromete ações

Para alguns conselheiros, no entanto, muitas questões precisam ser melhor equacionadas. É o caso do projeto de subsedes, criadas em substituição às antigas delegacias regionais. Para a conselheira Cristina Amélia Luzio, ao longo do tempo pôde-se perceber uma certa dificuldade em se consolidar a gestão através das comissões gestoras. "O percurso foi lento e tivemos que rever a composição da comissão gestora em alguns locais, como foi o caso de Bauru e São José do Rio Preto."

De acordo com ela, na próxima gestão será necessária uma organização política mais eficaz para que os projetos regionais, que não foram aprofundados em todo o seu potencial nessa gestão, possam ganhar espaço condizente com a importância que têm.

Na opinião de Odair Sass, o projeto de subsedes desenvolveu-se bem no início da gestão. Mas a partir de um determinado momento passou a sofrer uma estagnação "porque, ao reconhecer as regiões e a importância de se respeitar as especificidades, o

Conselho passou a ser confundido com a somatória das regiões. E ele não é isso. Essa é uma visão deformada porque corrompe a base interstadual do Conselho". De acordo com o psicólogo, o movimento de abrir o Conselho nas regiões foi correto. Mas faltou uma compreensão abrangente do tipo de representação que se estava tentando criar. "Os representantes das subsedes não devem reproduzir os interesses regionais no plenário, mas sim viabilizar o programa eleito pela categoria na região onde atuam", explica.

Por essa mesma linha de raciocínio talvez se possa afirmar que o percurso

O projeto de Subsedes resume um dos problemas básicos que o Conselho ainda enfrenta: a estrutura restritiva e burocrática que conserva as bases autoritárias da época de sua fundação

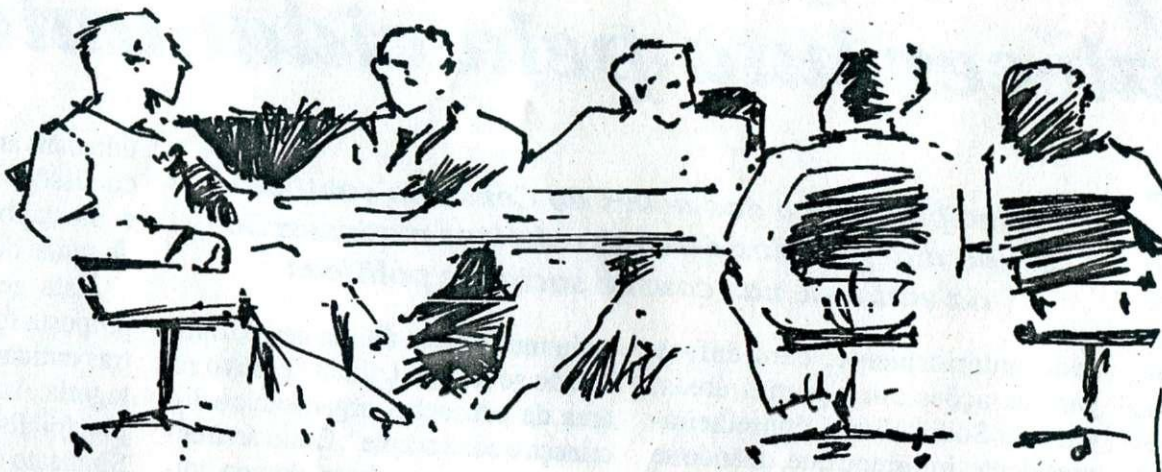
do projeto de subsedes resume um dos problemas básicos que o Conselho vem enfrentando ao longo do tempo e que a gestão tentou atacar de frente: a estrutura restritiva e burocrática que ainda conserva muito das bases autoritárias de seu tempo de fundação. Na opinião da ex-conselheira Maria Silvia Bolguese, uma das formas de se enfrentar a questão seria ampliar as frentes de articulação com outras entidades e fortalecer os grupos de trabalho dentro do próprio conselho.

Dessa forma, acredita a psicóloga, "amplia-se a capacidade de representação e de mobilização da categoria, porque somente 30 conselheiros não dão conta de realizar essa tarefa".

Não é exagero afirmar que esse trabalho já está iniciado. A retomada das articulações entre Conselho, Sindicato e Fenapsi já tornou possível a elaboração de um projeto de piso salarial para a categoria, em tramitação no Senado Federal e em discussão nos âmbitos estadual e municipais. Mesmo assim, ainda se considera que há muito a ser feito. Segundo Sass, "o Conselho tem dedicado esforços, dentro de suas próprias restrições legais e legítimas, para fazer a profissão ser mais respeitada e ampliar os espaços para o exercício profissional sem cair nos ranços do corporativismo irresponsável. Mas acredito que os limites deste tipo de instituição ainda não foram esgotados".

Se ainda ficam os limites, contudo, ficam também as experiências acumuladas e a perspectiva de que possam ser úteis ao longo do tempo. Essa foi uma das preocupações da gestão durante todo o período em que esteve à frente da entidade. Foi seguindo essa lógica que procurou resgatar um pouco da memória do Conselho e da história da categoria, com o lançamento do livro "Uma profissão chamada psicologia". Em síntese, para a gestão **Psicologia e Cidadania** sua maior contribuição foi traçar princípios claros para a continuidade da luta dos psicólogos,

inserida no processo social, a partir da ideia de que ninguém recomeça a história. E que toda forma de organização deve respeitar, necessariamente, o princípio cumulativo das experiências. "Se as gestões entrassem marcadas por esse princípio, a situação da categoria seria outra e melhor, porque a sua organização não é espontânea. É responsabilidade de quem se dispõe a atuar em uma instituição como esta, sem, no entanto, anular a efetiva participação dos psicólogos", finaliza Odair Sass.



Voto pessoal provoca reação de psicólogos

As eleições para os Conselhos Regional e Federal da Psicologia, ocorridas no dia 28 de agosto, tiveram chapa única, e houve equilíbrio na votação das chapas **Psicologia em Ação**, para o Conselho Regional, e **Consolidação Nacional**, para o Conselho Federal, que obtiveram a vitória com 18.293 e 18.060 votos, respectivamente, num total de 37.185 eleitores (veja quadro).

De acordo com a Comissão Regional Eleitoral, a maior surpresa ficou por conta do número de abstenções registradas (15.705), considerado alto em comparação com pleitos anteriores. Uma das causas prováveis para esse índice foi a greve dos Correios nos dias anteriores à eleição. Segundo informações de Paulo Junqueira, membro da Comissão, do total de abstenções, 5.474 eram de votos por correspondência, que não chegaram a tempo de ser computados.

Por outro lado, Celene Araújo, da coordenação da Comissão, acredita que o voto pessoal pode ter contribuído para o número de abstenções. A avaliação procede. Segundo informações de Nelson D'Ângelo, conselheiro-tesoureiro da gestão **Psicologia em Ação**, "o CRP recebeu abaixo-assinado de um grupo de psicólogos protestando contra o voto pessoal". Ele lembra, no entanto, que o fim do voto

por correspondência foi definido pelo Conselho Federal de Psicologia em regimento eleitoral, não sendo possível ao CRP-06 ou à Comissão Eleitoral alterar decisões tomadas em Brasília.

Ainda de acordo com as avaliações do conselheiro, o voto pessoal, no entanto, não foi o único motivo para a recusa de alguns psicólogos em participar. O fato de as eleições contarem com chapa única para os dois conselhos também seria uma das causas para o desinteresse da categoria. Junte-se a isso os incidentes ocorridos na Câmara Municipal, com a formação de grandes filas em todas as zonas e seções ali instaladas, o que pode ter provocado muitos votos nulos.

Para D'Ângelo, a reação dos psicólogos é compreensível, mas pe-

naliza as pessoas erradas e demonstra uma certa desinformação da categoria sobre o processo eleitoral. "A penalização recaiu sobre a chapa, que não tem prerrogativas para decidir sobre o voto pessoal, por correspondência ou obrigatório e que também está submetida ao regimento eleitoral. Além disso, qualquer grupo que quisesse concorrer teria seus direitos legítimos assegurados", pondera.

Quanto ao incidente ocorrido na Câmara, a coordenação da Comissão Regional Eleitoral informou que as filas se formaram porque o espaço prometido para os psicólogos não foi cedido. De acordo com Celene, originalmente a votação deveria acontecer no salão nobre do 8º andar. "Somente no sábado, dia 26, a comissão foi comunicada de que

as eleições teriam que acontecer no saguão porque o salão havia sido cedido para outro evento", afirmou.

Segundo Marcos Queiroga Barreto, assessor de imprensa da vereadora Aldaíza Spozati, que vinha intermediando a cessão do espaço para a eleição, "não foi possível ceder o salão nobre pelo grande número de eleitores previstos para a Câmara, pois os elevadores não comportariam o movimento".

Na avaliação da comissão eleitoral, o problema todo surgiu porque houve um erro nas negociações. "Nós erramos, porque fizemos uma negociação informal, na base da confiança, não exigindo nenhum documento que nos permitisse garantir o espaço caso surgisse algum imprevisto, como acabou acontecendo", disse Celene.

Números da eleição

Total de eleitores	Votação CFP	Votação no CRP
	Total de votos contados 21.488	Total de votos contados 21.480
Total de abstenções	Votos para a chapa CONSOLIDAÇÃO NACIONAL 18.060	Votos para a chapa PSICOLOGIA EM AÇÃO 18.293
	Votos nulos 1.698	Votos nulos 1.950
	Votos brancos 1.730	Votos brancos 1.237

NOVA GESTÃO

Psicologia em Ação quer fortalecer luta pela cidadania

A chapa **Psicologia em Ação**, que vai estar à frente do CRP-06 nos próximos três anos, tomou posse no dia 22 de setembro, com a seguinte diretoria: Cláudia Maria Sodré Vieira (conselheira-presidente), Cristina Amélia Luzio (vice-presidente), Erane Paladino (secretária-geral) e Nelson D'Ângelo (tesoureiro). A nova gestão pretende dar continuidade ao que já estava sendo to-

Princípio básico das ações do Conselho continua sendo a defesa dos direitos coletivos e a inserção da entidade nas causas sociais e políticas

cado anteriormente, com ênfase para as ações em algumas áreas. Cláudia Sodré Vieira, conselheira-presidente, informou que, quando se começou a pensar a chapa, algumas áreas foram definidas como prioritárias porque, "como se dis-

cutiu muito nesta última gestão, ainda não se fez um trabalho efetivo na área de educação, organizacional e criança e adolescente". Outra área em que se começou a fazer alguma coisa, mas ainda há muito a ser feito, é a da saúde do trabalhador (tanto no sen-

tido mais amplo, de se agregar várias comissões para discutir esse tema, como também um projeto específico de saúde do trabalhador).

Esta gestão também tem como proposta fortalecer os laços com outras entidades representativas da categoria. A carta-programa, por exemplo, foi discutida em conjunto com o Sindicato dos Psicólogos. "Os projetos e a linha política são muito semelhantes, só que cada um com sua

especificidade", ressalta a conselheira Cláudia Medeiros.

O fortalecimento do Centro de Orientação também é uma das metas desta gestão. Segundo Cristina Amélia Luzio, vice-presidente da gestão, "esse é um projeto muito importante porque pode estar levantando dados, catalogando informações a respeito da categoria". A conselheira Dayse Franco Bernardi lembra que as demandas que são levadas ao Centro de Orientação acabam criando uma visão interdisciplinar, que vai traçando as diretrizes de ação de um atendimento".

Educação

Na questão da educação, a grande prioridade é estabelecer uma identidade própria para o profissional. Segundo Cláudia Sodré Vieira, "esse é um passo fundamental, porque a educação é uma área em que a identidade do profissional ainda é muito nebulosa". Talvez por isso mesmo haja uma carência de ações da psicologia na educação. Nesse sentido, na sua avaliação, a questão mais delicada a ser tratada é a dos laudos psicológicos que encaminham os alunos para classes especiais. "Em vez de questionar o macro, acaba sendo colocada no indivíduo a culpabilidade da deficiência. Isso traz consequências muito graves ao longo da vida. Temos que questionar a legislação, a instrumentação, as classes especiais", diz a psicóloga.

Esse assunto já vem sendo discutido por um grupo de trabalho no Conselho. Maria Costantini, que faz parte desse grupo, informou que está sendo organizado um encontro com toda a categoria para discutir o projeto de classes especiais, a ser realizado entre final de outubro e começo de novembro (veja matéria à pág. 15). "Vamos discutir a legislação e modelos substitutivos. Também queremos debater os laudos psicológicos de avaliação das crianças que são encaminhadas para as classes especiais. A partir desse encontro queremos rever a questão da legislação e de como são feitas as avaliações", diz. Segundo ela, o objetivo dessa discussão é propor alterações que comportem a participação dos psicólogos. "Temos um compromisso com uma preocupação mais ampla, porque não podemos esquecer que um laudo pode definir a vida de uma criança", afirma.

Criança e Adolescente

As ações do Conselho vão estar direcionadas para que as crianças se-

jam tratadas como cidadãos de direito. Essa meta, na verdade, significa que o Conselho pretende continuar trabalhando pela implantação definitiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, que deu uma virada na abordagem da questão da menoridade no país, ao propor ações voltadas à proteção do menor e não mais à solução dos problemas do Estado ou do adulto no trato com essa fatia da população. "Nosso projeto é tirar linhas básicas de ação para que o trabalho seja técnico, mas que responda de maneira abrangente às necessidades da população", diz Dayse Franco Bernardi.

Já existe no CRP um grupo que está participando de discussões nessa área. Esse grupo, que engloba tanto o profissional que trabalha na Vara da Infância e Juventude como os que

aprofundada. Esse trabalho já teve início por ocasião dos encontros preparatórios para os Congressos da Psicologia e Cláudia Vieira lembra que o contato inicial com as pessoas que trabalhavam nas varas foi complicado. "Foi um contato que começou em cima de denúncias que saíram em jornais, que tratavam de questões éticas. O Conselho então se posicionou de um jeito contundente. No começo foi um caos, mas resultou em propostas interessantes e há muito para ser feito", afirma. Para Dayse Bernardi, o Conselho pretende ser um centro de pesquisa a respeito do assunto. E defende que, levantando-se o perfil do profissional que trabalha na área jurídica, fica mais fácil estabelecer metas da psicologia jurídica e dar esclarecimentos da função.

Hélio Tosi



Cerimônia de posse da gestão Psicologia em Ação

trabalham com presos e em outras especificidades da Psicologia Jurídica, começou a se formar a partir da participação do psicólogo judiciário no processo constituinte.

A questão tem se mostrado das mais espinhosas. No centro de orientação chegam questões bastante polêmicas sobre a relação do psicólogo com a justiça. Para Dayse, a expectativa desta gestão é que, através do Centro, sejam tirados modelos para a categoria estar refletindo, se apropriando de um pensamento comum, sem contudo abrir mão de seus direitos de participação num setor tão fundamental. "A atuação do psicólogo na Vara da Infância e Juventude implica relações complexas, por isso a inserção do profissional nessa instituição é uma função especial", diz.

Como esse é um campo relativamente novo tanto para a justiça quanto para a psicologia, o que se pretende é trazê-lo definitivamente para dentro do Conselho, criando um espaço para que possa ser discutido de maneira

Organizacional

A proposta desta gestão para a área organizacional é tentar trazer os psicólogos que trabalham em empresas para discutir as questões pertinentes à atuação nos locais de trabalho. "Vamos procurar uma aproximação não só com os contratados, mas também com os que prestam assessoria, consultoria. É uma área que tem uma certa história, não pode ficar à parte. Em relação ao projeto de saúde do trabalhador, o psicólogo organizacional tem que estar integrado para ser um agente dentro da empresa", explicou Cláudia Vieira.

Formação

"Em relação à formação, esta gestão vai ser mais contundente do que foi a anterior. Queremos deixar clara a questão do mercado de trabalho", diz a conselheira-presidente. Segundo ela, os dados do recadastramento realizado pela gestão Psicologia e Cidadania fornecem

subsídios para romper com a ilusão de que fazer faculdade de psicologia vai proporcionar algo seguro e estável. "Conforme especificamos no nosso programa de ação, queremos promover a discussão sobre o modelo médico no exercício liberal da profissão, na clínica, veiculado nos cursos de psicologia. A questão da qualidade do ensino também tem que ser questionada. Iremos contra essa determinação de avaliação dos cursos pela apreciação do desempenho do aluno, conforme foi pensada pelo Ministério da Educação", diz.

E alerta para o fato de que essa avaliação não considera fatores importantes, como as condições do ensino, qualificação de professores, situação do magistério no mercado de trabalho e os investimentos que se faz na área, por exemplo. "O aprendizado é um trabalho mais de formação pessoal. Esse estilo de avaliação dos cursos precisa ser questionado. Não se pode reduzir a formação, que passa por fatores complexos, à questão da nota", afirma.

Saúde

Esta gestão, como a anterior, vai continuar lutando pela implantação plena do Sistema Único de Saúde (SUS) nos níveis municipal, estadual e federal e contra qualquer tentativa de privatização. A conselheira Cláudia Medeiros ressalta que muitos profissionais que trabalham em unidades básicas de saúde têm dificuldades com o trabalho em equipe. "Há isolamento e falta de comunicação, que pode ser atribuída à deficiência na graduação, que geralmente não proporciona vivência deste tipo de trabalho".

E pondera que o CRP defende o trabalho em equipe multiprofissional, mas garantindo a especificidade do trabalho do psicólogo. Na área da psicologia hospitalar, esta gestão vai continuar a defender alguns projetos que já estão sendo utilizados na Prefeitura de São Paulo, como os hospitais abertos. Nesse tipo de tratamento é necessária a presença de acompanhante junto ao paciente 24 horas por dia e o paciente pode participar na definição do tratamento.

E finaliza explicando que a primeira batalha a ser travada já está iniciada, com a mobilização de toda a categoria para enfrentar o PAS, projeto de privatização da saúde, que a administração municipal pretende implantar. (veja matéria à pág. 13).

Nova diretoria assume Sindicato e retoma negociações por piso salarial

As negociações e os contatos para aprovação do projeto de piso salarial nacional de R\$ 1.100 e carga horária de 30 horas semanais já foram retomados pelo Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo. A informação é da nova diretoria eleita em agosto, em segundo escrutínio, para um mandato de três anos.

A diretoria está dando encaminhamento a todas as discussões que tiveram início na gestão passada, com prioridade absoluta para a questão do piso salarial vinculado à carga horária. Nesse sentido, o sindicato já retomou contatos com as bancadas dos partidos na Assembléia Legislativa e na Câmara Municipal de São Paulo, já tendo sido entregues cópias do projeto nas

duas Casas para apreciação dos parlamentares e ajustes para os âmbitos estadual e municipais. Esses contatos são necessários, uma vez que o projeto que está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, em Brasília, prevê esses benefícios somente para os psicólogos da iniciativa privada, que são contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Para estendê-los aos estatutários o projeto terá que ser novamente votado nos níveis municipais e estaduais. Como o projeto necessita de aprovação em cada município para que possa entrar em vigor, o Sindicato está orientando os profissionais a manter contato com a entidade para que se possa traçar uma estratégia de ação.

Como o sindicato pretende fazer

esse trabalho articulado em todo o Estado, já foram realizadas reuniões com os psicólogos estaduais de Taubaté e com os das prefeituras de Santos e Campinas. A idéia dos psicólogos é garantir a aprovação do piso em nível nacional e, por isso, no Estado de São Paulo, o sindicato está realizando trabalho conjunto com o Conselho Regional de Psicologia e, em nível nacional, está articulado com a Fenapsi.

Paralelamente à luta pela garantia do piso salarial, o Sindicato dos Psicólogos está reorganizando a estrutura burocrática e administrativa da entidade e participando também dos preparativos para o Congresso da Fenapsi, que se realiza de 12 a 15 de outubro em São Paulo, quando será escolhida a nova direção nacional da Federação.

AGENDA

Fazer psicológico - Esse é o tema da XVI Semana da Psicologia, promovida pelo Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté - UNITAU. O evento acontece de 6 a 10 de novembro no Departamento de Psicologia. Maiores informações no local.

Conversando sobre a adolescência - Dando sequência ao ciclo de debates iniciado no primeiro semestre deste ano, o Núcleo de Estudos da Adolescência (Nace) promove palestras nos meses de outubro e novembro. No dia 18 de outubro, às 19:30 horas, será debatido o tema "Adolescente, comunidade e instituição" com os professores Maria de Lourdes Teixeira da PUCSP/SEDES e Jorge Broide do C. Lat. Americ. de Saúde Mental. E no dia 8 de novembro, também às 19:30 horas, o debate será sobre "Psicoterapia de adolescentes" com os psicoterapeutas Luiz Amadeu Bragante, Sérgio Tonello e Carlos Eduardo Freire. Todas as atividades acontecem na sala 134 da PUCSP, à Rua Ministro de Godoy, 969. Informações pelo telefone 864-1012.

Psicanálise - O Pólo Lorena da Escola Brasileira de Psicanálise realiza, nos meses de outubro e novembro, os seminários "Édipo: complexo nuclear da neurose" e "Consequências psíquicas da sexualidade feminina para o sujeito". O primeiro acontece nos dias 10 e 31 de outubro e nos dias 7 e 21 de novembro, às 15:00 horas, no Centro de Saúde de Lorena, à Rua Benedito Marcondes M. Sobrinho, 38. E o segundo será realizado nos dias 24 de outubro e 28 de novembro, das 19:00 às 22:00 horas, no antigo Inamps, à Rua Erendy Novais, 22. Também no dia 24 de outubro haverá uma "Conferência sobre a interpretação", com Sandra Grostein (membro da Escola Brasileira de Psicanálise), no Centro de Saúde, às 15:00 horas. E em novembro haverá um seminário de cinema sobre o filme de Ingmar Bergman "Gritos e Suspiros", com Marco Antonio Guerra (ECA-USP) e Maria do Carmo Batista (EBP-SP), no Cine clube - Centro Cultural Teresa D'Ávila, à Av. Peixoto de Castro, 539. Maiores informações pelos telefones: (0125) 52-4954 e 22-4535.

Editais de convocação

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região - São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, atendendo ao disposto no artigo 24 alínea "C" da Lei 5.766 de 20 de dezembro de 1971, convoca os psicólogos inscritos neste Regional para Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de outubro de 1995, às 20:00 horas em primeira convocação, com a presença de maioria absoluta de seus integrantes, e às 20:30 horas em segunda convocação, com o número de psicólogos presentes:

Local: Sede do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região
Rua Borges Lagoa - nº 74 - Vila Mariana - São Paulo - SP

Ordem do dia: 1º - Prestação de contas de 1995
2º - Orçamento-programa de 1996
3º - Aquisição de imóveis para Subsedes
4º - Outros assuntos

São Paulo, 22 de setembro de 1995

Nelson D'Ângelo Ribeiro
Conselheiro-tesoureiro

Cláudia Maria Sodré Vieira
Conselheira-presidente

NOTAS

Luta antimanicomial realiza novo encontro

A luta antimanicomial realiza seu II Encontro Nacional, de 1º a 5 de novembro, em Belo Horizonte, com o tema "Exclusão e Cidadania". Durante o encontro deverão ser discutidas formas de resguardar a implantação das novas legislações estaduais onde já tiverem sido aprovadas e formas de pressão para aprovar os projetos de lei que ainda não foram votados e como contar com o apoio do movimento.

Segundo informações da conselheira Maria Costantini, participante do movimento, o encontro será aberto à participação de trabalhadores da saúde men-

tal, usuários e familiares. Os interessados em participar deverão se informar no CRP (sede e subsedes).

Evento sobre infância e violência doméstica ainda tem inscrições abertas

Estão abertas até o dia 15 de outubro as inscrições para a I Jornada Internacional sobre Infância e Violência Doméstica - Proteção e Prevenção, a ser realizada de 25 a 27 de outubro deste ano pelo Programa Plurianual de Capacitação de Profissionais na área da violência doméstica contra crianças e adolescentes, que vem se desenvolvendo há dois anos

pelo Laboratório de Estudos da Criança (Lacri), da USP. As taxas de inscrição são de R\$ 70,00 para profissionais e R\$ 30,00 para estudantes, sendo que o formulário de inscrição pode ser obtido no Lacri/USP, à Av. Professor Mello Moraes, 1.721 - Cidade Universitária, onde o interessado obterá instruções de preenchimento e pagamento.

A Jornada destina-se a profissionais e estudantes do último ano de psicologia, serviço social, pedagogia, enfermagem, medicina, história, filosofia, educação física, ciências sociais, psicanálise e outros. O tema central do evento será "Do compromisso e da competência à ação". Maiores informações pelo telefone (011) 818-4172 ou pelo fax (011) 813-8895.

Prefeitura pressiona profissionais

Os psicólogos que sofrem ameaças ou tentativa de coação para assinar a carta de intenções se desligando da administração municipal e ingressando no Plano de Atendimento à Saúde (PAS) devem proceder a denúncia junto ao Conselho Regional ou ao Sindicato. As entidades poderão entrar com ação contra a Prefeitura.

A decisão foi tomada em reunião realizada entre as duas entidades, no último dia 19, quando foram discutidas as formas de mobilização para enfrentar as pressões que a Prefeitura vem fazendo aos trabalhadores da saúde. A informação é do conselheiro Floriano Nuno de Barros Filho, representante dos conselhos regionais da área da saúde junto ao Conselho Municipal de Saúde. Floriano informou também que a denúncia deverá ser formalizada para que possa servir como documento no processo de defesa do profissional.

As pressões para que os profissionais assinem a carta, que já vinham ocorrendo desde o início das discussões sobre o PAS, aumentaram muito depois que a Câmara Municipal aprovou a lei que autoriza o Executivo a implantar o PAS. Ainda assim, a orientação dos conselhos profissionais é que os funcionários não assinem o documento, como uma das formas possíveis de resistência à privatização dos serviços de saúde municipal.

Até o fechamento desta edição os trabalhadores da saúde estavam

aguardando a publicação do decreto do prefeito Paulo Maluf regulamentando a implantação do PAS para que pudessem traçar seus próximos passos. "Por enquanto não podemos fazer nada, porque só há boatos, e a lei aprovada pelos vereadores é tão genérica que não esclarece os pontos fundamentais do projeto", explicou Floriano. A lei não especifica como será feita a formação das cooperativas, quais as condições do contrato, por quem serão formadas e muito menos fala sobre como será concretizado o afastamento dos profissionais e o que será feito com os funcionários que não quiserem fazer parte das cooperativas.

Segundo o psicólogo, essa falta de objetividade aumenta ainda mais a preocupação dos profissionais. Se num primeiro momento a Prefeitura não conseguiu responder às questões colocadas pelos técnicos em saúde pública quanto à eficiência do plano no atendimento à população e a seus aspectos legais e políticos, hoje tem um verdadeiro "cheque em branco" assinado pelos vereadores, que aprovaram a lei à revelia de todas as críticas sem respostas até o momento da votação.

No dia anterior à sessão de apreciação do PAS pela Câmara, o CRP-06 enviou ofício aos vereadores solicitando que votassem contra o projeto da Prefeitura. A mesma iniciativa foi seguida por outros conselhos profissionais, sob pena de se publicar os nomes dos vereadores favoráveis à privatização.

Veja como votou o vereador que você ajudou a eleger

Votaram a favor da privatização

- Alberto Hiar - PMDB
- Alex Freua Neto - PPR
- Almir Guimarães - PFL
- Archibaldo Zancra - PPR
- Aurélio Nomura - PL
- Brasil Vita - PTB
- Bruno Feder - PFL
- Cosme Lopes - PPR
- Darcio Arruda - PMDB
- Edivaldo Estima - PTB
- Edson Simões - PMDB
- Emílio Meneghini - PTB
- Hanna Garib - PPR
- Jooji Hato - PMDB
- José Indio - PMDB
- José Viviane Ferraz - PL
- Manoel Sala - PPR
- Marcos Cintra - PL
- Mário Dias - PPR
- Mário Noda - PTB
- Miguel Colassuono - PPR
- Mohamad Said Mourad - PL
- Murilo Antunes Alves - PMDB
- Nelo Rodolfo - PMDB
- Osvaldo Gianotti - PPR
- Osvaldo Sanches - PPR

- Paulo Roberto Faria Lima - PMDB
- Toninho Paiva - PL
- Vicente Visconde - PPR
- Wadir Mutran - PPR
- Zenas Pires - PMDB

Votaram contra a privatização

- Ana Maria Quadros - PSDB
- Gabriel Ortega - PSDB
- Nelson Guimarães Proença - PSDB
- Eder Jofre - PSDB
- Gilson Barreto - PSDB
- Vital Nolasco - PC do B
- Ana Martins - PC do B
- Adriano Diogo - PT
- Arcelino Tatto - PT
- Devanir Ribeiro - PT
- Ítalo Cardoso - PT
- José Mentor - PT
- Maurício Faria - PT
- Sergio Rosa - PT
- Aldaíza Sposati - PT
- Chico Whitaker - PT
- Henrique Pacheco - PT
- José Eduardo Martins Cardoso - PT
- Odilon Guedes - PT
- Tereza Cristina Lajolo - PT

Fonte: Câmara Municipal de São Paulo

MESTRADO EM PSICOLOGIA

STRICTO SENSU

INSCRIÇÕES ABERTAS

914-4488



UNIVERSIDADE
são marcos

II Jornada Departamento de Psicodinâmica

Dias - 01 a 03 de dezembro

Tema

Aliança terapêutica em psicodinâmica

Palestras

- Aliança terapêutica em terapias integradas
- Aliança terapêutica em psicoterapia com pacientes de difícil acesso
- Aliança terapêutica em psicoterapia com adolescentes
- Abordagens técnicas da aliança terapêutica em psicoterapia psicodinâmica

Realização

Instituto Sedes Sapientiae
(Departamento de Psicoterapias)

Associação Brasileira de Psiquiatria

Informações

Instituto Sedes Sapientiae
Rua Min. Godoy, 1484
Perdizes
Telefone
(011) 262-8024
com Beth ou Laércio

DISQ FREUD®

SP - (011) 815-3344 BIP 6R29
RJ - (021) 442-2430

Obras completas,
nova edição, garantia

Português - 24 vols. - Editora Imago
à vista 390,00 ou 2 x 210,00
ou 3X 150,00 ou 4 X 120,00

Castelhano 25 vols. - Editora Amorrortu
Espanhol 3 vols. - Editora Nueva
Traduções do Alemão - Sob consulta



Entrega a
domicílio

CGC 72.082.308/0001-34

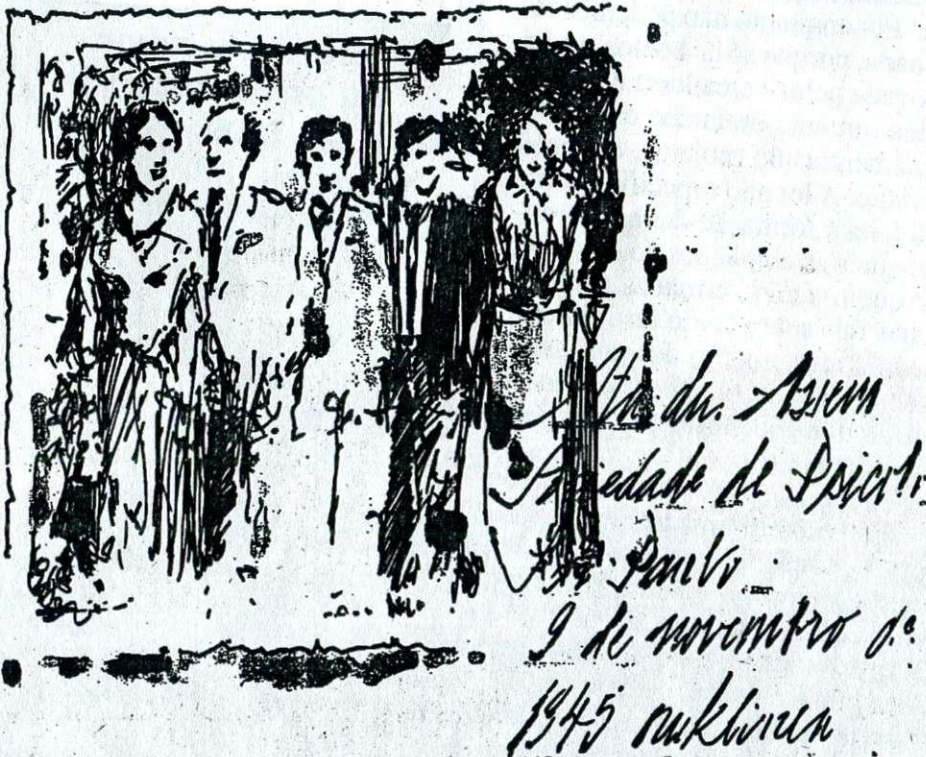
Sociedade já atuou como órgão de classe

Fundada em 1945, entidade que reunia profissionais de diversas áreas interessados no estudo da psicologia atuou no reconhecimento da profissão

A Sociedade de Psicologia de São Paulo estará completando seu cinquentenário no próximo dia 9 de novembro. Fundada em 1945, quando ainda não existia no Brasil o reconhecimento da profissão nem cursos de graduação em psicologia, a Sociedade teve um papel muito importante no desenvolvimento da psicologia como ciência e profissão. O professor Arrigo Leonardo Angelini lembra que a Sociedade começou a trabalhar desde 1958 na elaboração da lei que instituiu a carreira do psicólogo, promulgada em 27/8/1962. "Desde 1958 vínhamos estudando, propondo, falando com deputados. Até que em 1962 foi promulgada a lei que regulamentou a profissão de psicólogo e estabeleceu os cursos para a formação (Lei 4.119/62). Naquela época não havia a figura do psicólogo como profissional autônomo. O grande anseio das pessoas que trabalhavam com psicologia em instituições era o reconhecimento legal da profissão", diz o professor Arrigo Angelini, que por duas vezes presidiu a Sociedade (de 1955 a 1956 e de 1963 a 1964), foi primeiro-secretário e também editor do boletim.

Embora tenha sido fundada com a finalidade de ser uma sociedade científica, "acabou sendo quase que um órgão de classe em um determinado momento", segundo o professor Antônio Carelli, que também presidiu a Sociedade. "As pessoas que trabalhavam na área de psicologia aplicada ao trabalho, seleção de pessoal, encontravam problemas sérios de reconhecimento e então se valiam da sociedade como um órgão de classe", lembra o professor Carelli.

A idéia de fundar a Sociedade de Psicologia de São Paulo partiu de um grupo de psicólogos, incentivados pela professora Annita de Castilho e Marcondes Cabral. Ao retornar dos Estados Unidos em 1943, onde tivera contato com a American Psychological Association, a professora estava interessada em associar-se a uma sociedade de psicologia nacional. Mas, ao chegar, foi informada de que a Sociedade para Psicologia, fundada na década de 30 e sediada em São Paulo, não estava mais exercendo suas atividades. Annita Castilho Cabral, que tinha sido contratada em 1944 para ocupar temporariamente a cadeira de



psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, iniciou contatos para fundar uma sociedade de psicologia. O professor Arrigo Angelini lembra que no período de 1945 a 1947 o professor Otto Klineberg, da Universidade de Columbia (Nova York), que foi contratado para a cadeira de psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, deu grande impulso aos estudos de psicologia. "Ele atuou como elemento catalisador entre os estudiosos de psicologia da época para que fosse fundada a Sociedade", diz o professor Arrigo Angelini.

A primeira reunião preparatória para a fundação da entidade aconteceu em 5 de outubro de 1945 e foi presidida por Klineberg, que expôs aos presentes, psicólogos, educadores, etnólogos e outros profissionais interessados no estudo do "ser humano vivo" a organização de sociedades científicas semelhantes, conforme lembra o editorial do boletim comemorativo dos 30 anos da entidade. No dia 9 de novembro, no salão nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, que ficava na Praça da República, no edifício da Escola Caetano de Campos, teve início a assembléia de fundação da Sociedade de Psicologia de São Paulo. A primeira diretoria provisória, que atuaria até abril do ano seguinte, tinha como membros eleitos: Roberto Mange,

presidente; Otto Klineberg, vice-presidente; e Annita de Castilho e Marcondes Cabral, primeiro-secretário.

O professor Oswaldo de Barros Santos, que participou da primeira assembléia de fundação e fazia parte da diretoria eleita, lembra que o presidente da Sociedade de Psicologia era um suíço, engenheiro da Escola Politécnica, que havia estudado psicologia industrial. "Ele era um grande especialista nesta área", diz Santos, que presidiu por duas vezes a entidade. "Era uma sociedade científica, não classista. Admitia como sócios todos aqueles que trabalhavam, se interessavam, de alguma forma prestavam contribuição à psicologia", lembra Oswaldo Santos.

Segundo o professor Carelli, a Sociedade passou a ser um órgão que divulgava a psicologia através de cursos, conferências e outros eventos, mas que também defendia os psicólogos (na realidade, os que trabalhavam na psicologia, já que a profissão não era reconhecida). "Funcionou como uma sociedade cultural, um conselho e um sindicato durante muito tempo", diz Carelli. O professor lembra que, desde o início, a sociedade começou a publicar um boletim de psicologia, que na verdade é uma revista, com número variável de páginas, distribuída até hoje aos associados. "O boletim talvez fosse o maior vínculo entre a sociedade e seus associados, por-

que todos o queriam. Então às vezes se pagava a contribuição devida para recebê-lo", afirma Carelli.

Depois de encampar essas lutas, que com a regulamentação da profissão e a criação do Sindicato dos Psicólogos e dos Conselhos Federal e Regional de Psicologia passaram a ser de responsabilidade dessas entidades, a Sociedade voltou a cumprir aquilo que seria sua finalidade inicial, segundo o professor Carelli: a difusão da psicologia.

Para comemorar os 50 anos da Sociedade a professora Eda Marconi Custódio, atual presidente da entidade, disse que estão sendo preparadas algumas atividades. No dia 11 de novembro, às 9 horas, no salão nobre do Instituto de Psicologia da USP vai haver um coquetel e palestras, "que vão resgatar a história da psicologia e projetar para o início do próximo milênio". Entre os palestrantes, estarão pessoas que participaram ativamente da Sociedade, como Arrigo Angelini, Antônio Carelli, Odette Lourenço Van Kolck, entre outros. Paralelamente, na biblioteca do Instituto de Psicologia haverá uma mostra de boletins e fotos que mostram a história da entidade e sua trajetória.

Embora a Sociedade tenha uma sede própria, localizada no centro da cidade, atualmente está ocupando um espaço no Instituto de Psicologia. Entre suas atividades estão os cursos oferecidos a cada semestre nas mais variadas especialidades dentro da psicologia. O próximo curso programado, que deve ocorrer entre outubro e novembro, vai ter como tema a orientação profissional. Seu boletim, considerado "excelente" entre os associados pelos assuntos discutidos, tem periodicidade semestral. Este ano, no entanto, vão sair três números: um especial, para comemorar o cinquentenário, outro sobre as teses debatidas no encontro denominado Laboratório Interdepartamental de Técnicas Psicológicas e um terceiro com artigos de especialistas da área.

Curso	Orientação Vocacional: Uma proposta crítica	4ª feiras das 19h30 às 22h30 a partir de 25/10/95 (5 semanas)
	Coord.: Silvio Bock/Wanda (IA) Junqueira	
local - Nace - Rua Benedito Lapin, 157		Tels.: 829-2412 e 820-3483

Encontro busca alternativas à pedagogia da exclusão

O CRP-06 realiza, nos dias 27 e 28 de outubro, das 9:00 às 17:00 horas, no Sinpro, à Rua Borges Lagoa, 208, o I Encontro sobre Educação Especial. As inscrições serão gratuitas, sendo que os psicólogos que moram no interior podem inscrever-se em suas subseções. O evento pretende dar continuidade às discussões iniciadas no Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, realizado no ano passado, em Campos do Jordão, quando se decidiu pela necessidade de revisão da legislação a respeito do tema. De acordo com Maria Costantini, membro da equipe organizadora, a idéia de realização do encontro surgiu também devido ao grande número de psicólogos ligados à área que procuram o centro de orientação do CRP com questões que confirmaram a necessidade de aprofundar-se as discussões sobre o papel da psicologia na educação especial. Ainda segundo a psicóloga, o evento pretende também formar grupos de trabalho que possam levar adiante os debates e integrar o Projeto de Educação Especial a ser desenvolvido pela gestão Psicologia em Ação.

Além do CRP, na equipe coordenadora do evento participam também o Conselho Tutelar da Infância e Juventude, o Conselho de Defesa

da Pessoa Portadora de Deficiência, o Departamento de Psicologia Escolar da USP, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp)

da Secretaria Estadual de Educação e um grupo de psicólogos que trabalham em escolas, clínicas e centros de saúde.

P R O G R A M A C A O

Dia 27/10/95

Mesa 1

9:00 às 12:00h

PRECONCEITO E DIFERENÇA NA ESCOLA PÚBLICA

Debatedores - José Leon Crochik (Prof. Dr. do Inst. de Psicologia da USP - Graduação e Pós Graduação) Lígia Assumpção Amaral (Profª Drª do Inst. de Psicologia da USP - Graduação e Pós Graduação) - Maria Helena Patto (Docente do Inst. de Psicologia da USP)

Mesa 2

14:00 às 17:00 h

ENSINO ESPECIAL E LEGISLAÇÃO

Debatedores - José Geraldo S. Bueno (Prof. Dr. em Educação pela PUC), Júlio Bissolini Neto (Prof. da CENP - Coordenadoria de Estudos

e Normas Pedagógicas), Yara Sayão (Psicóloga do Serv. de Psicologia Escolar - Inst. de Psicologia da USP) e Adriana Marcondes (Psicóloga do Serv. de Psicologia Escolar - Inst. de Psicologia da USP)

Dia 28/10/95

Mesa 3

9:00 às 12:00h

PSICODIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO

Debatedores - Maria Aparecida A. Moyses (Docente do Depto. de Pediatria da Fac. Ciências Médica da Unicamp), Cecília Collares (Profª do Depto. de Pediatria da Fac. de Ciências Médicas da Unicamp) e Marilene Proença (Profª do Depto. de Psicologia da Aprendizagem do Desenvolvimento e da Personalidade - Inst. de Psicologia da USP)

Mesa 4

14:00 às 15:00 h

RELATO DE EXPERIÊNCIAS (SEM DEBATE)

Expositores - Carla Bertual (Diretora do Centro de Valorização da Criança - Santos - SP), Maria de L. Salum e Moraes (Psicóloga do Fórum de Saúde Mental da Região de Santo Amaro e Parelheiros) e Cleuza Beraldo Nora (Pedagoga com especialização em deficientes mentais)

Mesa 5

15:15 às 17:00h

O PSICÓLOGO NO CONTEXTO EDUCACIONAL

- PRINCÍPIOS, PROPOSTAS, ORIENTAÇÕES

Debatedores - Nelson D'Ángelo (Cons. do CRP-06, Prof. da PUC-SP e Técnico em Educação do SENAI-SP) e Roberto M. Salazar (Cons. do CRP-06 e Prof. Universitário de São Paulo)

OPINIÃO

Compromissos epistemológicos e exposição aos pares como reguladores da prática profissional

SÉRGIO VASCONCELOS DE LUNA*

A história da psicologia mostra que ao longo de seus anos de existência ela viveu (e vive) um permanente dissenso quanto ao seu objeto de estudo, seus métodos de trabalho e, por consequência, de seu próprio estatuto enquanto ciência. Embora a situação não seja cômoda, os profissionais da psicologia acabam aprendendo a conviver com o dissenso. Mais importante, dependendo dos critérios epistemológicos assumidos por eles, é possível que o dissenso gere bons frutos e aprimore tanto o conhecimento produzido quanto as formas de produzi-lo.

A determinação de quais sejam estes critérios é igualmente uma tarefa difícil e possivelmente geradora de controvérsia. Pessoalmente, acredito que a diversidade de objetos, de metodologias e de recortes teóricos dentro da psicologia poderá ser profi-

cua enquanto seus proponentes forem capazes de explicitar e de defender os princípios dos quais partem a lógica de seus procedimentos e a transparência de seus referenciais de análise. É necessário, também, que o interlocutor - na outra ponta - seja capaz de analisar o conhecimento produzido em função dessas informações: em outras palavras, que ele seja capaz - supondo-se que os elementos necessários estejam disponíveis - de realizar a crítica interna. Eu costumo dizer que a solidez da sua posição depende mais da resistência que ela apresenta à crítica interna do que da facilidade com que você derruba uma posição antagônica (especialmente se esta derrubada foi obtida com o uso dos seus pressupostos e não com os da proposta sob análise).

Nos últimos (muitos) anos, no entanto, tem sido possível constatar a disseminação de práticas psicológicas (ou

não-psicológicas, mas incorporadas à psicologia) sem que se consigam avaliar exatamente seus pressupostos, o grau de confiabilidade de suas proposições ou a lógica de sua metodologia. Muitas razões podem explicar o fato e eu, particularmente, defendo a necessidade de idéias serem expostas e debatidas. O que me preocupa é a razão pela qual são adotadas na ausência de critérios que sustentam sua consistência teórico-metodológica e, principalmente, a sua tradução em atividades profissionais. Não há nada de errado em que se vá a encontros científicos e/ou profissionais divulgar idéias e propostas em elaboração: mas, sob que condições elas são transformadas, por exemplo, em prática profissional ou em matéria curricular?

Parece-me conveniente que esta discussão seja feita estabelecendo-se uma dicotomia (algo arbitrária) entre

produtores e consumidores de conhecimento. Entre os primeiros incluo aqueles profissionais cuja atividade - básica ou aplicada - desemboca necessariamente, exclusivamente, ou também, na produção de um conhecimento novo para seus pares, a respeito de um problema de pesquisa. O segundo grupo é constituído de profissionais cuja atividade absorve cliente do conhecimento já produzido em favor da solução de uma queixa, ainda que para isso seja necessário criticá-lo e elaborá-lo: em outras palavras, trata-se de uma prestação de serviços e a novidade do conhecimento coloca-se mais em relação ao "cliente" do que à comunidade de seus pares.*

Em virtude da diferença entre esses interlocutores (comunidade de pares versus "cliente"), os dois grupos de profissionais são colocados sob condições de controle bastante diferenciadas: en-

quanto o primeiro precisa expor-se, de alguma forma, à comunidade científica se quiser ter avaliada a qualidade do seu trabalho e, portanto, o seu status enquanto pesquisador, o segundo depende, como critério externo, apenas do maior ou menor grau de satisfação do cliente para manter-se na atividade.

O conteúdo deste último parágrafo merece um detalhamento e um refinamento além do espaço disponível aqui. Não posso, porém, deixar de reconhecer tanto que há comunidades científicas e veículos de divulgação com diferentes graus de exigência (e que diferentes pesquisadores podem escolher a quais deles expõem-se) quanto que há clientes com diferentes graus de preparo para avaliar o trabalho profissional. O que enfatizo, no entanto, é que, no limite, a produção de conhecimento depende mais da exposição à crítica pelos pares do que o consumo dele. A implicação disso, em um campo de atuação como a psicologia, é particularmente importante.

A adesão de um pesquisador (enquanto produtor de conhecimento) a uma nova proposta exige que ele saiba defender o seu valor heurístico na geração de novos conhecimentos, bem como o seu valor na interpretação dos resultados obtidos em suas pesquisas. Apenas sob condições muito peculiares ele poderia manter a sua defesa sem que requisitos como esses fossem satisfeitos. Uma das razões que justificam a afirmação dessa dificuldade é exatamente o fato de ele ter de convencer seus pares sobre o valor da proposta: mais importante, ele deve estabelecer a relação entre os resultados obtidos e o referencial que os gerou. Desse ponto de vista, a adoção e a manutenção de compromissos epistemológicos e metodológicos entre aqueles que se propõem a produzir conhecimento é, em última análise, um compromisso inescapável dado o caráter necessariamente público da produção

de conhecimento. No caso da prestação de serviços, essas relações começam a ficar cada vez mais tênues e difusas, especialmente naquelas em que a distância temporal entre a atuação do profissional e o surgimento de resultados é grande e, conseqüentemente, em que a avaliação das relações entre a atuação do profissional e as transformações verificadas começam a ficar mais difíceis de avaliar.

Consideremos duas situações típicas: a intervenção clínica do terapeuta e a atuação do psicólogo na escola. Em ambos os casos, a tendência geral é a de que a intervenção profissional recaia sobre fenômenos complexos, de transformação gradual e para os quais concorre uma diversidade de fatores. Mas, se nem sempre é fácil/possível atribuir ao profissional a justa medida de sua responsabilidade pelo sucesso da atuação, o problema agrava-se quando se trata de insucesso. Em primeiro lugar, porque a detecção provavelmente também será lenta, gradual; em segundo, porque a complexidade do conjunto de fatores que atuam na situação dificulta uma avaliação adequada; em terceiro porque, em geral, o cliente não está em condições de/não tem elementos para/não está interessado em avaliar o processo. Finalmente, se esses fatores foram associados à ausência da interlocução dos pares, o profissional ficará desprovido de uma ajuda fundamental. O olhar crítico do outro competente. Sob tais condições, os critérios que presidem a consideração de novas proposições em psicologia (seja do ponto de vista teórico-epistemológico, seja do ponto de vista da prática profissional propriamente dita) tendem a se diluir cada vez mais.

A razão da distinção inicialmente feita entre produtores e consumidores de conhecimento talvez esteja mais clara agora. A natureza e as condições de trabalho de cada um deles tornam mais ou menos possível a diluição de com-

promissos epistemológicos. Se correta, essa interpretação à primeira vista cria impasses aos que devem cuidar das atividades profissionais dos psicólogos. Garantida a habilitação profissional mínima e respeitado o Código de Ética, o profissional é livre para uma atuação compatível com suas crenças, seus resultados e, sobretudo, com os meios de avaliação destes. Assim, a menos que ele queira ou seja compelido a expor seu trabalho a seus pares e evite fazê-lo em guetos, resta apenas a avaliação da clientela se esta puder/souber/quiser fazê-lo.

A literatura sobre Ensino de Ciências, especialmente a européia, tem cunhado alguns conceitos de interesse para o problema em discussão. Parece já indiscutível a constatação de que crianças - mesmo pequenas - elaboram conhecimento sobre fatos científicos, denominado de conceitos cotidianos (também chamados de espontâneos). Apesar da importância teórica desta constatação, tem sido demonstrado que tais conceitos não mantêm necessariamente relação com a versão "científica" dos conceitos e que, mais importante, interferem negativamente na aquisição desta. Um dos dados mais consistentemente relatados na literatura sobre o assunto é a dificuldade em levar a criança a re-elaborar seus conceitos cotidianos ou, mesmo, de abandoná-los em favor da versão científica.

Dentre as propostas teóricas elaboradas a respeito, uma chama a atenção pela relação que seu substrato mantém com o problema aqui em discussão: Para Gil E. Carrascosa (1985)** e Hewson (1985)***, a revisão conceptual é uma atividade que deverá ser exercida permanentemente, mesmo porque as mudanças paradigmáticas acabam produzindo novas versões da verdade. Assim, mais importante do que o ensino das teorias e de seus conceitos é a criação do que chamam de

compromissos epistemológicos e de compromissos metodológicos. Tais compromissos revelam-se na disposição de confrontar fatos, resultados, explicações, no abandono de determinadas explicações em favor de outras, mais consistentes e abrangentes. Em outras palavras, é a tentativa de substituição gradual da crença pela crítica.

Se, de fato, à comunidade de psicólogos em geral, e aos órgãos de classe em particular, cabe apenas a fiscalização da observância do Código de Ética e das condições mínimas de habilitação, e enquanto a exposição à crítica séria dos pares for uma opção, talvez valha a pena investir na formação de sólidos compromissos epistemológicos e metodológicos durante o curso de formação profissional. Dentre as minhas memórias como professor de metodologia científica e/ou da pesquisa, uma das mais indelévels está representada por frases que ouvi de alunos que pretendiam esquivar-se do conteúdo em discussão: "Não preciso dele porque não pretendo ser cientista!"

**Sérgio Vasconcelos de Luna é professor do programa de pós-graduação em Psicologia da Educação na PUC/SP*

* Note-se que em nenhum momento está se sugerindo a impossibilidade de que uma prestação de serviços possa ser conduzida sob a forma de uma pesquisa e que, portanto, produza conhecimento novo relevante para a comunidade científica nem que um pesquisador preste serviços relevantes. No entanto, o texto a seguir supõe a tendência a uma separação entre, de um lado, pesquisadores e, de outro, prestadores de serviços.

** Gil, D. E. Carrascosa, J. (1985) Science learning as conceptual and methodological change. *European Journal of Science Education*, 7(3), 231-236.

*** Hewson, P. W. (1985) Epistemological commitments in the learning of science. *European Journal of Science Education*, 7(2), 163-172

JORNAL DO
CRP
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
6. REGIÃO

Rua Borges Lagoa, 74
Fone: (011) 574-7133
Fax: (011) 575-0857
CEP: 04038-004 - São Paulo - SP

IMPRESSO